



Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Número do processo: CRQ-IV 32/25
- 1.2. **CATSER: N° 1627 – REFORMA PREDIAL**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Em consonância à Instrução Normativa nº 58 (Agosto/2022) do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão, o objetivo do presente estudo preliminar é validar a necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia de execução da obra de reforma;
- 2.2. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a necessidade de reforma do auditório e demais dependências internas do Conselho Regional de Química IV Região – SP com foco na adequação às normas de acessibilidade (NBR 9050), modernização das instalações físicas e melhoria da infraestrutura funcional e operacional do ambiente.
- 2.3. A reforma busca solucionar tais problemas, garantindo: Inclusão plena para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; Modernização dos recursos de áudio, vídeo, iluminação, climatização e mobiliário; Segurança, conforto, eficiência e sustentabilidade no uso do espaço; Aproximação do ambiente aos padrões exigidos pelas legislações vigentes e demandas institucionais do CRQ-IV/SP.
- 2.4. A intervenção abrange aproximadamente 1.079,25 m², compreendendo auditório principal, hall de entrada, sanitários (incluindo PCD), sala de apoio, copa, vestiário, áreas técnicas, cobertura e foyer. O ambiente apresenta desgaste natural pelo uso contínuo, incompatibilidades das dependências relacionadas à acessibilidade, desconformidades técnicas e limitações de infraestrutura predial e tecnológica.
- 2.5. O projeto executivo, que fundamenta esta contratação, foi elaborado por empresa especializada, contendo memoriais descritivos, especificações técnicas detalhadas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e ART do responsável técnico.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área: Gerência de Infraestrutura

Responsável: Leonardo de Oliveira Secco



4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação objeto deste estudo preliminar apresenta os seguintes requisitos:

4.1. Natureza da Contratação

- 4.1.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviços comuns de engenharia, de que trata o Art. 6º - Inc. XXI alínea “a” da Lei 14.133/21, pois os padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos no projeto executivo, por meio de especificações usuais de mercado conforme serão posteriormente detalhadas.
- 4.1.2. Mesmo que a concorrência e o pregão apresentem rito procedimental comum entre si, para esta contratação adotaremos esta última modalidade, em sua forma eletrônica, mediante o acima exposto e conforme artigo 29 e seu parágrafo único da Lei 14.133/21.
- 4.1.3. O critério de julgamento será de menor preço.
- 4.1.4. O Regime de Execução será o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, em que, além do fornecimento objeto, a Contratada se responsabiliza também por sua operação, manutenção, ou ambas, por tempo determinado.
- 4.1.5. A prestação dos referidos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o CRQ-IV/SP, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2. Duração do Contrato

- 4.2.1. A vigência total da contratação, cuja execução dar-se-á pelo regime de empreitada por preço global, será de até 12 (doze) meses, correspondentes ao prazo total do planejamento inicial, prazo de execução dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, a ser disponibilizado como parte integrante do Edital, somados aos recebimentos provisório, definitivo, e assinatura do termo de entrega final.
- 4.2.2. A execução dos serviços será iniciada apenas no momento em que for expedida a Ordem de Serviço que ocorrerá após a assinatura do contrato e a realização da reunião inicial (*kick-off*).
- 4.2.3. Após a assinatura do contrato, será promovida a reunião inicial entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

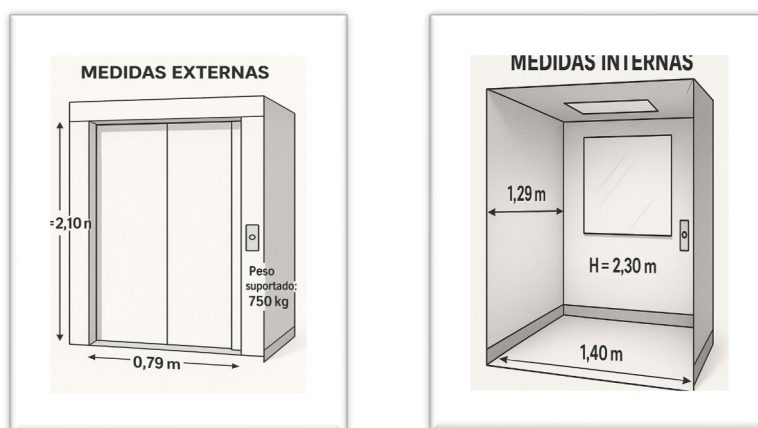
método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros ajustes a serem procedidos antes do início da execução dos trabalhos, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

- 4.2.4. Os assuntos tratados na reunião inicial (*kick-off*) serão registrados em ata e, deverão estar presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa executora do objeto e o preposto da empresa responsável pela fiscalização da obra e, se for o caso, o servidor ou a equipe de planejamento da contratação.
- 4.2.5. Em caso de descumprimento do prazo para execução e entrega final, conforme disposto no cronograma físico, a Contratada deverá justificar e fundamentar seu atraso, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.
- 4.2.6. Ficará à cargo do CRQ-IV/SP acolher ou não a justificativa, procedendo com aditamento do prazo de execução, em caso de acolhimento da justificativa, ou encaminhando o processo para autoridade competente proceder com aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de contrato, em caso de não acolhimento da justificativa.
- 4.2.7. A partir da data do recebimento provisório dos serviços, iniciar-se-á a contagem para o recebimento definitivo, que poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis.

4.3 Requisitos internos e operacionais:

- 4.3.1 Definição do local de execução dos serviços, a saber: Auditório e Átrio do edifício do Conselho Regional de Química IV Região – São Paulo, situado na Rua Oscar Freire, nº 2.039 – Pinheiros - CEP 05409-011 - São Paulo, SP.
- 4.3.2 **O horário inicialmente previsto para realização dos serviços será:**
I - Obra sem ruído – 2ª a 6ª-feira - das 08:00 às 18:00
II - Obra com ruído – 2ª a 6ª-feira - das 16:00 às 22h00
Obs: Algumas etapas poderão ocorrer também aos sábados, sendo previamente combinado com a Contratada e devidamente autorizado pela Contratante.
III - Horário para entrega de materiais*: Segunda a sexta das 09:00 às 15:00
- 4.3.3 Antes da efetiva entrega dos materiais, a Contratada deverá confirmar o endereço e horário de entrega permitido, e verificar restrições quanto ao porte do veículo a ser utilizado. O endereço do local da reforma é considerado Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC). A restrição ao trânsito de caminhões na Zona de Máxima Restrição de Circulação – ZMRC é de 2ª a 6ª feira das 5 às 21h e aos sábados das 10 às 14h.

- 4.3.4 A Contratada deverá ter ciência de que há um limite de altura do acesso no Edifício, tornando obrigatória a entrada no estacionamento apenas com veículos de pequeno porte – Max. 2.10m
- 4.3.5 O elevador de serviço é compatível com transporte dos insumos da obra, atende tanto o subsolo quanto o térreo. Possui espelho no fundo, portanto a contratada deverá atentar-se à proteção para evitar danos ao equipamento de forma geral.
- 4.3.6 Dimensões do elevador:



- 4.3.7 Os procedimentos e a técnica para a execução dos serviços deverão seguir rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos itens fornecidos e instalados, bem como às normas técnicas aplicáveis, sendo as instruções estabelecidas neste estudo preliminar consideradas exigências mínimas a serem cumpridas pela Contratada.
- 4.3.8 A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, mão de obra, ferramentas e executar os serviços de acordo com as especificações, desenhos e documentos técnicos do projeto executivo a ser fornecido pelo CRQ-IV/SP.
- 4.3.9 A Contratada deverá fiscalizar o perfeito cumprimento dos fornecimentos, instalação e demais serviços a que se obrigará, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente. Tal fiscalização dar-se-á independente da fiscalização do contrato que será exercida pelos fiscais designados para esta função pelo Conselho Regional de Química IV Região, com auxílio de empresa especializada, a ser contratada concomitante à contratação da execução da reforma.

4.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.4.1 A Contratada, na execução dos serviços, não poderá subcontratar o serviço no seu todo, podendo, contudo, fazê-lo parcialmente, mantida a sua responsabilidade direta e integral perante o CRQ-IV/SP, desde que previamente informado e expressamente autorizado pelo CRQ-IV/SP.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

- 4.4.2 Conforme o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação deve ser previamente autorizada pela Administração, devendo as subcontratadas apresentarem respectivas ART/RRT e comprovar habilitação técnica e fiscal.
- 4.4.3 Desta forma, na execução desta reforma e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá subcontratar as parcelas dispostas nas tabelas 01 a 08 a seguir desde que, somadas, não ultrapassem 50% do valor total do contrato:

TABELAS DE PARCELAS CUJA SUBCONTRATAÇÃO SERÁ PERMITIDA:**TABELA 1 – Estrutura e Obras Cíveis Complementares**

Etapas/Subitem	Especialidade Envolvida	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
01 - Demolições controladas e remoções	Engenharia civil e segurança do trabalho	Retirada de pisos, forros, divisórias e cadeiras fixas e demais itens conforme projeto executivo	Exige equipe especializada em demolição limpa e descarte ambientalmente adequado.	Necessário cumprimento de PGRCC e controle de ruído. (anexo IV)
02 - Alvenaria e revestimentos especiais	Engenharia civil e acústica	Execução de paredes internas e pisos acústicos.	Necessita mão de obra especializada e precisão de instalação de revestimentos especiais	Conferir compatibilidade com projeto acústico.
03 - Cobertura Metálica do Átrio	Engenharia Civil	Construção de cobertura em policarbonato com estrutura metálica e fechamento em ACM	Instalação de estrutura em aço estrutural ASTM A-36 / CF24 (NBR 6649) w solfa com eletrodo E-60XX	Trabalho em altura, verificar cumprimento das NRs aplicáveis
04 - Pintura e acabamento fino	Engenharia civil e arquitetura	Pinturas acústicas e acabamentos de alta precisão.	Produtos e técnicas de pintura acústica exigem especialização.	Recomenda-se cronograma coordenado com outras frentes de trabalho.

TABELA 2 – Sistemas Multimídia (Telão do Auditório)

Etapas/Subitem	Especialidade Envolvida	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
-----------------------	--------------------------------	------------------	------------------------------	--------------------

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

01 - Fornecimento	Engenharia elétrica e automação audiovisual	Fornecimento do telão multimídia (painel de LED ou tela tensionada, estrutura e fixações)	Equipamento tecnológico de alto valor agregado, usualmente fornecido por empresa especializada e homologada pelo fabricante. A subcontratação garante certificação, garantia de fábrica e parametrização adequada.	Parametrização técnica conforme ABNT NBR 5410 e NBR 16259.
02 - Instalação	Engenharia elétrica / mecânica leve	Instalação e montagem estrutural do telão e suportes	Necessária mão de obra habilitada para fixação estrutural, alinhamento e integração ao sistema audiovisual.	Deve haver ART específica e supervisão do engenheiro responsável.
03 - Integração	Engenharia elétrica e de automação	Integração com som e automação do auditório (HDMI, CAT6, controle de iluminação e som)	Requer conhecimento em protocolos digitais (HDMI, TCP/IP, DMX).	Recomenda-se subcontratação de integradora com experiência comprovada em automação audiovisual.
04 - Configuração e testes	Engenharia elétrica / TI	-	Abrange calibração de imagem, programação de controle e treinamento do usuário.	A subcontratada deve entregar relatório técnico e termo de entrega.
05 - Garantia	Engenharia elétrica / fornecedor	Suporte pós-instalação e garantia técnica	A assistência técnica e garantia são inerentes ao fornecimento do equipamento, devendo ser prestadas por representante autorizado do fabricante.	Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica local, conforme art. 40 da Lei 14.133/2021.
Observação: Por tratar-se de objeto de aspecto técnico específico e não diretamente relacionado à execução de obras civis, mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, conforme determina o parágrafo 9 do artigo 67 da Lei 14.133/21.				

TABELA 3 – Instalações Elétricas, Lógicas e de Automação

Etapa/Subitem	Especialidade Envolvida	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
01 - Infraestrutura elétrica e iluminação cênica	Engenharia elétrica	Quadros, cabos, luminárias dimerizáveis.	Exige ART em elétrica	Conformidade com NBR 5410.
02 - Automação de som e luz	Engenharia elétrica /	Integração de sistemas cênicos e controle	Sistemas integrados requerem profissionais especializados em	Compatibilizar com acústica e arquitetura.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

	automação	remoto.	automação cênica.	
03 - Rede lógica e multimídia	Engenharia elétrica / TI	Cabeamento estruturado, HDMI e som.	Cabeamento estruturado e integração multimídia exigem certificação de rede. Envolve integradores de TI.	Conferir compatibilidade com sistema do contratante.

TABELA 4 – Tratamento Acústico e Isolamento

Etapa/ Subitem	Especialidade	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
01 - Revestim entos acústicos	Engenharia acústica e arquitetura	Painéis, tecidos, forros e demais revestimentos	Produção customizada: Produtos Classe A- NBR 9442, Classe II-A, d0 – NBR 16626 Forro modular removível acústico e térmico em lã de Vidro, totalmente reciclável livre de NRC = 0,95 Revestimento/Forro em mdf Ignífugo com resina antichamas em massa interna. Painéis de lã de pet reciclada, com feltro, Classe II-A, desempenho acústico com absorção de ruídos, sem resina, antifúngicos antialérgicos, inodoros, não tóxico, sustentável, 100% reciclável, produzido sem o uso de água em seu processo de produção.	Produtos com laudo de fabricação comprovando atendimento à Classe II-A conforme IT10 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo Produção sob medida com ensaio de desempenho conforme NBR 12179 e NBR 15575. Mão de obra especializada conforme validação do fabricante

TABELA 5 – Mobiliário Fixo e Cenotécnico

Etapa/Subitem	Especialidade	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
01 - Cadeiras fixas	Engenharia / marcenaria / mobiliário	Reforma e reinstalação das poltronas numeradas.	Empresa especializada em revestimentos específicos de assentos para espectadores, bem como a forma adequada de reinstalação dos assentos	Exigir certificação conforme normas técnicas para assentos de auditórios: NBR 15878, que trata da fixação, resistência e durabilidade de cadeiras para espectadores, e a NBR 9050, que estabelece critérios de acessibilidade.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

TABELA 6 – Instalações Mecânicas (HVAC)

Etapa/Subitem	Especialidade	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
01 - Climatização e exaustão	Engenharia mecânica	Dutos, grelhas.	Dutos, grelhas de sistema de AVAC exigem ART específica	Exigir PMOC e laudos . ART obrigatória

TABELA 7 – Acessibilidade e Sinalização

Etapa/Subitem	Especialidade	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
01 - Plataforma elevatória	Engenharia mecânica / elétrica	Fornecimento, Instalação e calibração.	Equipamento específico só pode ser instalado por fabricante autorizado.	ART obrigatória.
02 - Sinalização tátil e visual	Arquitetura / comunicação visual	Pisos e placas em braile.	Execução por empresa especializada.	Execução conforme NBR 9050 .
Observação: Por tratar-se de objeto de aspecto técnico específico, mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, conforme determina o parágrafo 9 do artigo 67 da Lei 14.133/21.				

TABELA 8 – Segurança e Combate a Incêndio

Etapa/Subitem	Especialidade	Descrição	Justificativa Técnica	Observações
01 - CFTV, SPDA e alarme de incêndio	Engenharia elétrica / segurança	Câmeras de segurança. Detectores, hidrantes, extintores.	Sistemas integrados requerem profissionais especializados	ART obrigatória.

4.4.4 A contratada é solidariamente responsável (art. 122 da Lei 14.133/2021) pelas obrigações técnicas, trabalhistas e ambientais das subcontratadas.

4.4.5 Cada subcontratada deve possuir CNPJ ativo, registro profissional no CREA/CAU (quando aplicável) e ART/RRT específica.

4.4.6 Cada subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas à Contratada.

4.4.7 Todas as subcontratações devem ser pré-aprovadas pela fiscalização e formalmente registradas pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

contratada. Portanto, a Contratada deverá pedir prévia autorização, por escrito, ao CRQSP para subcontratar parcelas dos serviços objeto do Contrato.

- 4.4.8 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas deverão ser coordenados e programados pela Contratada, de modo a proporcionar o andamento harmonioso do serviço, em seu conjunto, a fim de não causar paralisações e/ ou atrasos.
- 4.4.9 Qualquer problema decorrente do disposto no item anterior será resolvido pela Contratada, não decorrendo daí nenhuma responsabilidade para o CRQSP, mesmo que haja ônus para a Contratada ou qualquer subcontratada.
- 4.4.10 A Contratada será, perante o CRQSP, responsável pelos serviços realizados pelas subcontratadas, não podendo transferir suas responsabilidades pelas obrigações estabelecidas no ETP, no Termo de Referência e no Contrato.
- 4.4.11 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.4.12 Contratada não poderá subcontratar empresas que tenham participado do procedimento licitatório ou tenham participado direta ou indiretamente da elaboração do projeto básico ou executivo.
- 4.4.13 Devem ser apresentados, conforme aplicável: PGRCC e MTR/CDF para destinação de resíduos (IN SEGES/MGI 176/2024 e CONAMA 307/2002); - Conforme ANEXOS IV e V, PMOC (Lei 13.589/2018) para sistemas HVAC; laudos de conformidade elétrica, relatórios técnicos e memoriais de teste antes do recebimento provisório.
- 4.4.14 Conforme tabela resumo a seguir, para o devido ateste das etapas que serão subcontratadas, podendo posteriormente e à critério da fiscalização serem solicitados documentos complementares, o fiscal da obra deverá receber em **até 10 (dez) dias úteis** antes da vistoria de recebimento provisório, a seguinte documentação relacionada à cada matéria/etapa:

Tabela-Resumo – Documentos para conferência de etapa(s) subcontratada(s)

Grupo de Serviços (Tabela)	Documento de Comprovação	Frequência / Etapa de Entrega	Emissor / Responsável	Conferência pela Fiscalização / Observações
----------------------------	--------------------------	-------------------------------	-----------------------	---

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

1 – Estrutura e Obras Cíveis Complementares	PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil); MTR/CDF; ART da empresa executora; Relatório fotográfico de descarte; Relatório Fotográfico de execução	Início da obra (PGRCC) e a cada remessa de resíduos. Etapas de instalação (cobertura metálica)	Contratada e empresa transportadora licenciada	Verificar compatibilidade com CONAMA 307/2002. Verificar cumprimento NR trabalho em altura e demais pertinentes.
2 – Sistemas Multimídia (Telão do Auditório)	ART/RRT da instalação; Certificado de homologação do fabricante; Relatório técnico de calibração e testes; Termo de garantia de 12 meses	Após instalação e antes do recebimento provisório	Contratada ou integradora audiovisual	Conferir conformidade com NBR 5410, 16259 e 15575.
3 – Instalações Elétricas, Lógicas e de Automação	ART de elétrica; Ensaio de conformidade elétrica; Relatório de testes de rede lógica; As Built de fiação	Durante e ao término da obra	Contratada (RT de elétrica)	Confirmar conformidade com NBR 5410 e NBR 17094.
4 – Tratamento Acústico e Isolamento	ART do instalador; Laudo de desempenho acústico (NBR 12179); Relatório fotográfico	Após execução dos painéis acústicos	Empresa especializada e RT	Conferir nível de desempenho segundo NBR 15575.
5 – Mobiliário Fixo	ART/RRT de montagem; Certificado NBR 13962 (cadeiras); Termo de entrega e garantia	Após conclusão da instalação	Contratada e fornecedor	Verificar ergonomia e numeração conforme projeto.
6 – Instalações Mecânicas (HVAC)	ART de mecânica; PMOC completo (Lei 13.589/2018); Relatório de testes de temperatura e ruído	Início do comissionamento e entrega final	Empresa especializada em HVAC	Conferir laudos de desempenho e conformidade com NR-10 e NR-18.
7 – Acessibilidade e Sinalização	ART/RRT; Certificados de acessibilidade dos equipamentos; Relatório fotográfico final	Antes da vistoria de entrega	Contratada / fabricante da plataforma	Conferir NBR 9050 e INMETRO sobre materiais táteis e visuais.
8 – CFTV, SPDA e alarme de incêndio	ART; Testes de acionamento	Entrega da obra e antes do recebimento provisório	Contratada e empresa de combate a incêndio credenciada	-

4.5 Qualificação Técnica-Operacional

4.5.1 Para atendimento à habilitação:

- Deverá apresentar prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- Deverá apresentar prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Deverá apresentar prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- d) Deverá apresentar prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Deverá apresentar prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Será exigida por este CRQ-IV/SP a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições a serem descritas no Termo de Referência;
- g) Deverá cumprir o disposto no art. 60, da Lei 8.069/90, quanto à vedação de emprego de menores, salvo na condição de aprendiz, bem como os demais requisitos descritos no item 4 deste documento;
- h) Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;
- i) Não figurar na lista do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo), nem no Cadastro de Empregadores em Ajustamento de Conduta (CEAC) em relação ao trabalho escravo e degradante, ambos do Ministério do Trabalho.

4.5.2 Para atendimento à qualificação técnico profissional:

- a) Deverá apresentar prova de inscrição ou registro junto ao conselho de classe que comprove atividade relacionada com o objeto, bem como do respectivo responsável técnico;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITÓRIO RETROFIT_Out/25

- b) Caso a Contratada não possua registro no conselho de classe de mesma jurisdição da execução dos serviços (São Paulo), o mesmo deverá providenciar os trâmites necessários antes da formalização do contrato.
- c) Além da prova de inscrição ou registro do licitante junto ao conselho de classe que comprove atividade relacionada com o objeto, a Contratada deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica da região onde os serviços foram executados que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual, municipal, federal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviços relativos a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, compreendido como obras / reforma em auditório e construção de coberturas em policarbonato com estrutura metálica com pelo menos 50% do quantitativo em m² desta contratação.
- d) comprovação de a Contratada possuir, em seu corpo de funcionários, responsável técnico inscrito no respectivo conselho de classe, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, que comprove(m) ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda para empresa privada que não o próprio licitante, serviços relativos a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, compreendido como obras de reforma em auditório e construção de coberturas em policarbonato com estrutura metálica com pelo menos 50% do quantitativo em m² desta contratação.
- e) O profissional que apresentar a ART/RRT para comprovação da qualificação técnica deverá obrigatoriamente ser o responsável técnico pela execução dos serviços de que tratam o objeto dessa contratação.
- f) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços e a discriminação dos objetos entregues e serviços executados.
- g) Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is). Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.6 Do critério de aceitabilidade das propostas



A proposta a ser encaminhada deverá conter:

- 4.6.1 Prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de abertura do certame;
- 4.6.2 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do projeto executivo;
- 4.6.3 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
 - 4.6.3.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
 - 4.6.3.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
 - 4.6.3.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
 - 4.6.3.4 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.
- 4.6.4 Cronograma físico-financeiro devidamente preenchido, conforme modelo que será disponibilizado anexo ao Edital:
 - 4.6.4.1 O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico de cada etapa.
 - 4.6.4.2 Junto ao cronograma físico-financeiro, que detalha a relação entre o tempo, as atividades (físico) e os custos (financeiro), deverá ser apresentado o EVENTOGRAMA, documento que elenca os eventos significativos, representando etapas relevantes da obra, utilizado como critério de medição, elaborado a partir da planilha orçamentária.
- 4.6.5 Demonstração de cálculo dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual.
 - 4.6.5.1 Pelo fato de as parcelas relativas à administração central e à remuneração do particular



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

apresentarem percentuais inferiores em relação aos estabelecidos para a execução dos serviços de engenharia, dado que o simples fornecimento de bens apresenta menor complexidade e exige menor esforço e tecnologia em relação aos demais serviços prestados, e por não incidir o tributo que recai sobre os serviços (ISS), **os itens de mero fornecimento, constantes na planilha, deverão apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos serviços**, conforme instruído no Acórdão nº 2622/2013 – Plenário do TCU;

- 4.6.5.2 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 4.6.5.3 Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;
- 4.6.5.4 Os licitantes sujeitos ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária

I. Nota explicativa: A exigência do item anterior decorre da recomendação expressa aos órgãos e entidades da Administração Pública, efetuada no item 9.3.2.4 do Acórdão nº 2622/2013 – Plenário do TCU.

- 4.6.5.5 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
- 4.6.5.6 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

II Nota explicativa: A exigência do item anterior decorre da recomendação expressa aos órgãos e entidades da Administração Pública, efetuada no



item 9.3.2.5 do Acórdão nº 2622/2013 – Plenário do TCU.

- 4.6.6 **Para evitar os chamados “jogos de planilha”, deverá ser desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração no projeto executivo, cujos preços foram baseados na tabela SINAPI.**
- 4.6.7 A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos **não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato**, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 4.6.8 Seguindo recomendação do Tribunal de Contas da União (Obras Públicas, TCU, 4ª ed. 2014, p. 23), a licitante deverá assinar declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do Sinapi, conforme ANEXO VI - DECLARAÇÃO SINAPI.

4.7 Obrigações da Contratada

- 4.7.1 Emitir e fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da execução do objeto desta contratação com as taxas devidamente recolhidas junto ao respectivo conselho de classe.
- 4.7.2 A Contratada deverá comprovar vínculo profissional de todos os funcionários envolvidos na execução dos serviços. A comprovação poderá ser pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) ou ficha de registro em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura, com anuência do profissional.
- 4.7.3 É obrigação da contratada formalizar, no momento da assinatura do contrato, a indicação do preposto da empresa e substituto eventual, para tratar de todos os assuntos previstos no contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, de acordo com o art. 68, da Lei nº 14.133/2021, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.
- 4.7.4 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 4.7.5 A Contratada deverá manter preposto no local de execução dos serviços, preferencialmente o responsável técnico constante na ART de execução da obra, para o devido acompanhamento, bem como



para solucionar demandas técnicas/operacionais durante toda a execução dos serviços, até sua finalização e consequente recebimento definitivo. O preposto deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais e gestor do contrato indicados pelo CRQ-IV/SP, devendo atendê-los prontamente.

- 4.7.6 Caso o responsável técnico pela execução do contrato não exerça o papel de preposto, a Contratada deverá apresentar declaração indicando nome do(s) preposto(s) que serão os responsáveis pela supervisão, coordenação e execução dos serviços, devendo este(s) possuir(em) registro nos órgãos de classe (CREA/CAU/CRT) de acordo com suas atribuições. Caso a Contratada venha a alterar o(s) preposto(s) posteriormente, deverá comprovar que o(s) novo(s) possui(em) a qualificação previamente exigida no edital.
- 4.7.7 O preposto de que tratam os parágrafos anteriores deverá emitir, semanalmente, relatório circunstanciado a ser apresentado para os fiscais técnicos do CRQ-IV/SP, contendo todas as informações relativas às fases e execuções das etapas, atualizando os dados do documento concomitante ao andamento dos serviços. O relatório deverá conter fotos tiradas pelo preposto, seguidas de legendas contendo detalhes sobre o local demais informações quanto ao registro fotográfico, conforme ANEXO VIII – RELATORIO DE ANDAMENTO.
- 4.7.8 No caso do preposto nomeado não ser o responsável técnico pelos serviços, este deverá realizar no mínimo 01 (uma) visita semanal às dependências do CRQ-IV/SP, durante horário da prestação de serviços, para verificação do andamento dos serviços e prestação de informações para a fiscalização, ou quantas vezes a Contratante julgar necessário, conforme solicitação feita por e-mail ou aplicativo de comunicação instantânea, a ser atendida no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o chamado da fiscalização.
- 4.7.9 Em razão das exigências previstas na PORTARIA MTE 3214/1978, para a execução de serviços nas instalações do CRQ-IV/SP, é necessário que a empresa cumpra as seguintes exigências e apresente cópia da documentação abaixo:
- a) PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, referente ao objeto contratado, conforme NR 9.
 - b) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, dos empregados que executarão os serviços no CRQ-IV/SP, conforme NR 7.
 - c) ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de todos os empregados que executarão os serviços no CRQ-SP, comprovando que estes colaboradores estão aptos a realizarem suas funções, devendo estar em conformidade com o PCMSO, conforme NR 7 MTE, Art. 168 CLT.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

- 4.7.10 A Contratada deverá possuir PCMSO e ASO válido dos funcionários envolvidos em quaisquer das etapas da execução do objeto desta contratação. Sempre que um novo colaborador for alocado nos postos do CRQ-IV/SP durante a execução do contrato, a fiscalização deverá receber seu ASO previamente, não estando autorizado iniciar no posto sem essa documentação previamente validada pela fiscalização.
- 4.7.11 A Contratada deverá fornecer ao gestor e fiscais do contrato do CRQ-IV/SP os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os funcionários envolvidos na execução dos serviços, conforme a atividade a ser executada.
- a) Trabalhadores que executarão atividade em altura deverão possuir em seu ASO a inscrição “liberado para atividade em altura”.
 - b) Todos os trabalhadores deverão possuir certificado de treinamento NR-6, dentro do prazo de validade;
 - c) Trabalhadores envolvidos com serviços em altura deverão possuir certificado de treinamento de segurança em trabalhos em altura conforme NR-35, dentro do prazo de validade, e enquanto perdurar a execução dos serviços.
 - d) No caso de montadores de andaime, estes deverão possuir também curso de montagem de andaime.
 - e) Trabalhadores envolvidos em atividades elétricas deverão possuir certificado de treinamento de segurança em instalações elétricas conforme NR-10, dentro do prazo de validade e enquanto perdurar a execução dos serviços;
 - f) Trabalhadores envolvidos em atividades em locais confinados deverão possuir certificado de treinamento de segurança conforme NR-33, dentro do prazo de validade e enquanto perdurar a execução dos serviços;
- 4.7.12 A documentação acima deverá ser entregue para a fiscalização previamente ao início da execução dos serviços conforme cronograma, sob pena de sanção por descumprimento de cláusula contratual.
- 4.7.13 Atualizações e Revisões do PGR e PCMSO devem ser realizadas periodicamente, devendo a fiscalização do contrato tomar ciência de qualquer alteração.
- 4.7.14 A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao contratante ou a terceiros, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, ou dos



pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do CRQ-IV/SP.

- 4.7.15 Comunicar ao Fiscal da Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.7.16 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 4.7.17 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus fiscais e gestores, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos documentos relativos às etapas de execução.
- 4.7.18 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.7.19 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, equipamentos e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 4.7.20 Manter o canteiro, áreas de apoio e locais de execução dos serviços permanentemente organizados, limpos e sinalizados, de modo a garantir segurança, salubridade e qualidade da execução, durante todas as fases da reforma, conforme instruções contidas no plano de limpeza da obra – **Conforme ANEXO III.**
- 4.7.21 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este estudo técnico preliminar, no prazo determinado.
- 4.7.22 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina o local de execução dos serviços, bem como os espaços cedidos pelo Contratante.
- 4.7.23 Submeter previamente, por escrito ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 4.7.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.7.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- 4.7.26 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 4.7.27 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.7.28 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, conforme especificações do memorial descritivo, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 4.7.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 4.7.30 Manter os empregados nas dependências da Contratante nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.7.31 Apresentar os empregados devidamente identificados pelo uso de uniforme e crachá com os seus dados e da Contratada.
- 4.7.32 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.7.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar todas as Normas Internas do contratante.
- 4.7.34 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem aquelas não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sendo, a fim de evitar desvio de função.
- 4.7.35 Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços.
- 4.7.36 Todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços, tais como: mão-de- obra, taxas, transporte, estadias e refeições de pessoal, ferramental e equipamentos (incluindo sua guarda), leis e encargos sociais, etc., serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

4.8 Obrigações da Contratante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

- 4.8.1 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 4.8.2 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ele indicados;
 - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão responsável pela contratação.
- 4.8.3 Fornecer por escrito, podendo ser por meio eletrônico ou até mesmo por aplicativo de comunicação instantânea, as informações necessárias para o desenvolvimento e/ou correções dos serviços objeto do contrato.
- 4.8.4 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, durante sua execução e/ou após seu recebimento;
- 4.8.5 Cientificar a autoridade competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 4.8.6 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço, notificações expedidas e quaisquer documentos gerados relacionados à contratação.
- 4.8.7 A Contratante poderá pedir a qualquer momento a substituição de qualquer funcionário, preposto ou responsável técnico da Contratada.

4.9 Requisitos legais

- 4.9.1 Para execução dos serviços de engenharia de execução da obra referente à reforma do auditório do Conselho Regional de Química IV Região – São Paulo, será exigido da Contratada a prestação de garantia de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, em conformidade com o artigo 96 da lei



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

14.133/2021.

4.9.1.1 No caso de a Contratada optar pela modalidade garantia prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da lei 14.133/2021, deverá apresentá-la ao CRQ-IV/SP no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

4.9.3 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.9.4 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado.

4.9.5 Será obrigatória a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), obrigatória em todo contrato para prestação de serviços técnicos de engenharia (art. 1º da Lei 6.496/1977).

4.9.6 A obtenção das licenças necessárias junto à Prefeitura e/ou quaisquer órgãos e concessionárias é de responsabilidade exclusiva da Contratada.

4.10 Modelo de Gestão do Contrato e Critérios de Medição

4.10.1 Os serviços executados serão avaliados com base nos parâmetros estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), com incidência no valor a ser pago à Contratada.

4.10.2 O IMR, constante **do ANEXO I**, definirá o valor a ser medido para os serviços prestados no período de medição de cada etapa da execução dos serviços.

4.10.3 A metodologia de medição dos resultados permite que os serviços prestados pela Contratada tenham



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

uma metodologia específica de medição, em função de sua característica e forma de gestão.

4.10.4 Todas as ocorrências serão registradas pelo(s) fiscal(is) do Contratante, que notificará(ão) a Contratada, atribuindo pontos, de acordo com os quadros do **ANEXO I**

4.11 Do Recebimento e aceitação do objeto

4.11.1 O recebimento dos serviços deverá ocorrer mensalmente, conforme etapas demonstradas no cronograma físico-financeiro do projeto executivo.

4.11.2 Para cada etapa concluída, a Contratada deverá emitir relatório informando sua entrega, devendo no documento conter o resumo da execução daquela fase.

- I.* Para as etapas da obra cuja execução seja superior a 01 (um) mês, o recebimento do objeto ocorrerá no final do mês vigente de sua conclusão, de forma proporcional ao período mensurado, para fins de fiscalização técnica e administrativa, devendo estar de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro
- II.* O recebimento parcial dar-se-á com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DE PARCELA DE OBRA, indicando em campo específico que “ETAPA EM EXECUÇÃO”
- III.* Etapas entregues de forma parcial não farão jus a pagamento, conforme item 4.13.1, visto estes estarem ligados diretamente ao eventograma.

4.11.3 Conforme disposto no art. 140, da Lei 14.133/2021, deverão ser atendidos os critérios de recebimento do objeto da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 10 (dez) dias úteis após recebimento do relatório citado no item 4.11.2.

§ 1º - Os fiscais irão apurar a execução do objeto, desempenho e qualidade da prestação de serviços, registrando os fatos em relatório detalhado a ser encaminhado ao gestor do contrato.

§ 2º - A apuração dar-se-á com auxílio dos relatórios emitidos pelo fiscal técnico, profissional a ser contratado pela Contratante para auxílio da fiscalização da execução de obra, após as devidas inspeções e vistorias realizadas naquele determinado período (ou etapa) que será avaliado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

- b) Definitivamente, pelo gestor do contrato designado pela autoridade competente, em até 10 (dez) dias úteis após o ateste dos fiscais dados no recebimento provisório, mediante relatório detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- c) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.11.4 O objeto poderá ser rejeitado em todo ou em partes, quando em desacordo com o contrato.

4.11.5 Havendo inconsistências durante avaliação dos fiscais e gestor do contrato do CRQ-IV/SP no recebimento provisório de cada etapa, será emitido um relatório de não conformidades – RNC, apontando as falhas e indicando as devidas correções a serem executadas.

4.11.6 A Contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de falha na execução.

4.11.6.1 A condição do parágrafo anterior permanecerá válida durante toda execução do retrofit e nos meses seguintes à sua entrega final, enquanto perdurar a garantia contratual.

4.12 Das sanções administrativas

4.12.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b) Multa de:
 - I.** Percentual sobre o valor a faturar, referente a etapa avaliada naquele momento, da execução dos serviços, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, do **ANEXO II**;
 - II.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 28 (vinte e oito) dias autorizará o contratante a promover a rescisão do contrato;
 - III.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

4.13 Das condições de pagamento

4.13.1 Por tratar-se de obra executada pelo regime de Empreitada por Preço Global, o acompanhamento da CONTRATADA será realizado, obrigatoriamente, por etapas concluídas, conforme eventograma aceito, e não por serviços unitários ou insumos aplicados.

4.13.2 O pagamento, relacionado à conclusão de cada etapa devidamente relacionada no eventograma e/ou cronograma físico-financeiro dos serviços, será efetuado pela Contratante no prazo de até 10 (dez) dias úteis após sua entrega.

4.13.2.1 Para as etapas cuja duração de execução seja superior a 01 (um) período mensal, o pagamento será realizado dentro do mês vigente de sua conclusão e recebimento, respeitando os prazos dispostos no item 4.11.3

4.13.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida após a ocorrência do recebimento dos serviços, conforme os critérios definidos no item 4.11 deste ETP.

4.13.4 A Nota Fiscal/Fatura mensal deverá ser acompanhada das respectivas requisições e comprovantes de aceitação dos serviços pelo contratante (termos de recebimento definitivo e provisório), bem como dos relatórios referentes à etapa e ao período de medição.

4.13.5 A Nota Fiscal/Fatura mensal deverá ser acompanhada das certidões de regularidades que comprovem a manutenção de sua habilitação para execução da obra.

4.13.6 O pagamento fica também, condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, dos recolhimentos de valores devidos ao INSS, FGTS e de quaisquer impostos ou contribuições exigíveis, além da comprovação



do pagamento das folhas salariais vencidas até a mesma data em que se verifique o adimplemento de todas as obrigações trabalhistas.

4.14 Da vistoria do local da execução dos serviços

4.14.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução da obra, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente no e-mail: adriano.gie@crqsp.org.br

I. Apesar de entendimentos de que a exigência de visita técnica pode restringir a competitividade nos procedimentos licitatórios, recomendamos que os licitantes a façam, a fim de ampliar o entendimento acerca da execução da obra.

4.14.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14.3 Para realizar a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento oficial com foto bem como documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.4 Após realizada, o representante receberá uma via do atestado de vistoria, que deverá constar da documentação apresentada na licitação. O licitante deverá assiná-lo, declarando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

4.14.5 O atestado de vistoria, quando da impossibilidade em realizá-la, deverá ser substituído por declaração emitida pelo licitante **(Anexo X– Termo de ciência de condições)** em que conste que o mesmo tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

4.14.6 A não realização da vistoria, por ser facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

- 5.1. Do levantamento realizado, constatou-se que no caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução das obras em conformidade com o projeto executivo anteriormente contratado por este CRQ-IV/SP, visto neste órgão inexistirem quadros funcionais para a execução desses serviços, inclusive sua fiscalização técnica, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.
- 5.2. Conforme requisitos definidos, verifica-se que o tipo de serviço a ser contratado é comumente praticado pela Administração Pública e empresas privadas, ressalvadas as especificidades.
- 5.3. Foram analisadas contratações semelhantes realizadas por outros conselhos profissionais e órgãos públicos nos últimos anos, observando que a execução integrada dos serviços tem se mostrado prática consolidada e recomendada para obras de reforma de auditórios e adequações de acessibilidade, devido à forte interdependência entre as disciplinas civis, elétricas, hidráulicas, de tecnologia e arquitetura.
- 5.4. Entende-se que a quantidade de fornecedores em potencial que são capazes de executar o serviço não é considerada restrita e que na presente contratação não verifica a existência de requisitos que limitam a participação.
- 5.5. A pesquisa de mercado incluiu orçamentos referenciais baseados na tabela SINAPI (Caixa Econômica Federal) vigente para o Estado de São Paulo, bem como consultas a bases públicas de atas de registro de preços e contratos semelhantes, confirmando a viabilidade técnica e a compatibilidade dos custos estimados com o praticado no mercado.
- 5.6. Abaixo segue demonstrativo de contratações correlatas realizadas por diversos órgãos da administração pública:

I. MINISTÉRIO DA DEFESA

Comando da Aeronáutica - GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS

UASG: 120629

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023

Contratação de serviço de readequação da Edificação E-007 (Reforma do Auditório da Base Aérea de Canoas).

Valor total estimado (R\$): 810.153,57

II. ESTADO DO CEARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

UASG: 925467

CONCORRÊNCIA Nº 001/2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

Contratação de empresa especializada, no ramo de engenharia, para executar obra de Retrofit no Instituto Plácido Castelo – IPC, anexo a sede do TCE/CE

Valor Total (R\$): 1.323.191,34

5.7. Para fundamentar a viabilidade técnica e a estimativa de custos desta contratação, foram analisados processos licitatórios similares realizados por conselhos profissionais e órgãos públicos, tais como:

- **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP** (Processo 2020/000558): Reforma e adequação do auditório e dependências administrativas da sede, incluindo modernização de sistemas de som e acessibilidade;
- **Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo – CRMV-SP** (Processo 015/2019): Reforma do auditório da sede, com atualização tecnológica e adaptação para acessibilidade conforme NBR 9050;
- **Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP/SP** (Processo 021/2021): Contratação de empresa especializada para reforma de auditório, implantação de sistema de áudio e vídeo, e adequação às normas de acessibilidade.

5.8. Além disso, foram consultadas atas de registro de preços e contratos semelhantes, destacando-se:

- Ata nº 18/2023 (Processo 23056.009861/2023-21), UASG 925008
Conselho Federal de Química, disponível no Compras.gov.br: contratação de empresa para reforma e modernização do auditório e ambientes de apoio, incluindo sistemas de áudio e vídeo e adequações de acessibilidade;
- Contrato nº 048/2022 (Processo 6016.2022/0039212-6)
Município de São Paulo – Secretaria Municipal de Educação, no Portal Nacional de Contratações Públicas: reforma de auditório escolar com integração de sistemas tecnológicos e acessibilidade.

5.9. Essas referências reforçam a adequação técnica, os custos estimados e a adoção de execução integrada como prática consolidada para reformas de auditórios institucionais com foco em acessibilidade e tecnologia.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de serviços de engenharia de execução da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

obra referente à reforma do auditório do Conselho Regional de Química IV Região – São Paulo, incluindo retrofit do foyer, sanitário, vestiário PCD e rampa, bem como a construção de coberturas para o átrio e para lateral externa do auditório a serem executados no “Edifício Olavo de Queiroz Guimarães Filho”, situado na Rua Oscar Freire, 2039 – Pinheiros – São Paulo/SP por profissionais capacitados, que desenvolverão as tarefas discriminadas no projeto executivo, acompanhada e fiscalizada sua execução por empregados deste CRQ-IV/SP previamente certificados e designados de suas atribuições com fiscais técnicos e administrativos, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

- 6.2. A solução prevista contempla a reforma integral do auditório e das demais dependências do CRQ-IV/SP, conforme detalhado no projeto executivo elaborado por empresa especializada, incluindo as seguintes etapas e ambientes:
- a) Execução de demolições seletivas para retirada de revestimentos, forros, divisórias e elementos construtivos obsoletos;
 - b) Adequações estruturais em palco, rampas e sanitários, conforme orientações do projeto estrutural;
 - c) Instalação de pisos vinílicos e carpetes técnicos nos ambientes de circulação, auditório e áreas de apoio, visando acessibilidade, conforto acústico e facilidade de manutenção;
 - d) Implementação de revestimentos acústicos e forros em drywall com propriedades termoacústicas, para melhor desempenho e conforto ambiental;
 - e) Substituição e adequação dos sistemas elétricos e hidráulicos, com instalação de novos quadros, luminárias LED dimerizáveis, infraestrutura para áudio e vídeo, e pontos de energia e lógica compatíveis com os equipamentos previstos;
 - f) Modernização e instalação de sistemas de climatização e ventilação mecânica, promovendo eficiência energética e conforto térmico;
 - g) Implementação de sistemas de áudio e vídeo, incluindo painéis de LED, microfones, mesa digital, projetores e automação dos ambientes;
 - h) Acessibilidade plena segundo a NBR 9050, incluindo instalação de rampas com inclinação adequada, barras de apoio, sinalização tátil e adequação de mobiliário, portas e circulações;
 - i) Execução dos serviços no endereço da sede do CRQ-IV/SP, situada à Rua Oscar Freire, nº 2039 – São Paulo/SP;
 - j) Exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pela execução e fiscalização;



- k) Comprovação de experiência técnica anterior por meio de atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou serviços de natureza e porte compatíveis com o objeto licitado, conforme previsto no art. 67 da Lei 14.133/2021 e nas orientações do Tribunal de Contas da União, 2010, p. 387.
 - l) Serão aceitos atestados que demonstrem a execução satisfatória de serviços de reforma de auditórios, espaços multiuso ou ambientes institucionais que exijam adequações de acessibilidade, instalações prediais e integração de sistemas de áudio, vídeo e climatização, em quantitativos e características semelhantes aos do presente objeto.
 - m) Todos os materiais e métodos construtivos deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, especificações de projeto, orientações dos fabricantes e padrões de qualidade exigidos pela legislação e pelo Contratante.
- 6.3. A Contratada deverá fornecer, instalar, efetuar a integração final, testes de aceitação de todos os ambientes que compõem a execução da obra e seus componentes.
- 6.4. **Após o início da reforma, deverão ser observadas as seguintes medidas complementares:**
- a) Manter fiscalização contínua por meio de fiscais técnicos e administrativos, garantindo conformidade com o projeto e normas vigentes;
 - b) Realizar a remoção regular de entulhos e resíduos, evitando acúmulo e atendendo à ABNT NBR 16.280:2014 (item 5.8 – Gestão de resíduos);
 - c) Monitorar níveis de ruído e partículas em suspensão, adotando barreiras acústicas e sistemas de exaustão ou nebulização, conforme ABNT NBR 10.152 (Conforto acústico) e ABNT NBR 14.644 (Controle de partículas);
 - d) Garantir o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme NR-6 e NR-18;
 - e) Reinspecionar periodicamente as proteções instaladas em pisos, paredes e esquadrias, reforçando-as quando necessário;
 - f) Atualizar registros fotográficos e relatórios de medição física da obra, garantindo rastreabilidade das etapas;
 - g) Adotar ações corretivas imediatas para sanar qualquer desvio que represente risco à segurança, à integridade da edificação ou ao bem-estar dos ocupantes;
 - h) Nos serviços elétricos, assegurar que os circuitos permaneçam desenergizados durante intervenções,



utilizando bloqueio e etiquetagem (lockout/tagout), conforme NR-10;

- i) Nos serviços hidráulicos, garantir vedação adequada e testes de estanqueidade antes da reativação do sistema, prevenindo vazamentos e danos;
 - j) Manter acessos e rotas de fuga livres, respeitando as exigências da NBR 9077 (Saídas de emergência) e do projeto de prevenção contra incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros;
 - k) Observar o cumprimento das exigências da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), garantindo que a reforma preserve e/ou amplie as melhores condições de acessibilidade;
 - l) Todo trabalho executado acima de 02 (dois) metros deverá seguir rigorosamente as disposições da NR-35 (Trabalho em altura), incluindo capacitação formal dos trabalhadores, uso de cinturão de segurança tipo paraquedista, talabarte duplo com absorvedor de energia e sistemas de ancoragem certificados;
 - m) A montagem, utilização e desmontagem de andaimes deverá atender aos requisitos da NR-18 (item 18.15 – Andaimes), garantindo estabilidade, resistência e proteção contra quedas;
 - n) É obrigatória a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica para a montagem e inspeção dos andaimes;
 - o) Antes de cada turno de trabalho, deverá ser realizada inspeção visual nos andaimes e demais equipamentos de acesso, registrando-se em checklist próprio, conforme exigência da NR-18;
 - p) Durante a execução, deverá ser mantida área de isolamento no entorno da estrutura, com sinalização visível e barreiras físicas para impedir a passagem de pessoas não autorizadas;
 - q) Será proibido o uso de quaisquer tipos de andaimes improvisados ou que não possuam piso antiderrapante e guarda-corpo completo (rodapé, travessa intermediária e corrimão).
- 6.5. Os requisitos técnicos e operacionais que integram a solução como um todo, como os equipamentos que constituem a solução proposta e suas especificações técnicas, bem como as definições dos serviços que deverão ser realizados com rigorosa observância às especificações e definições de cada etapa de execução, encontram-se detalhados no projeto executivo, que comporá o anexo do Termo de Referência desta contratação, restando à Contratada a estrita obediência às suas prescrições e exigências, sendo que em caso de quaisquer dúvidas, informações, ressalvas e/ou alterações devem ser direcionadas aos projetistas e responsável técnico pelo projeto executivo, por intermédio do contratante.



6.6. As **quantidades de serviços, materiais e equipamentos** a serem empregados na execução da obra foram estimadas a partir do projeto executivo, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos complementares anexos, todos elaborados por empresa especializada.

6.7. Os ambientes contemplados pela reforma estão detalhados no projeto executivo, com áreas individualizadas e discriminadas por etapa, dando como base o levantamento **estimado** dos seguintes itens principais:

- a) **Revestimento de pisos** (vinílico/carpete): conforme especificado, cobrindo áreas de auditório, foyer, salas de apoio e circulação.
- b) **Execução de forros e revestimentos acústicos**: aproximadamente 480 m² distribuídos entre auditório, palco, cabine técnica e áreas de apoio;
- c) **Instalação de portas acessíveis e barras de apoio**: em todos os sanitários PCD e acessos de circulação;
- d) **Substituição e adequação das instalações elétricas, hidráulicas e de lógica**: em todos os ambientes;
- e) **Montagem de sistemas de climatização**: dimensionados para atender à totalidade dos ambientes reformados;
- f) **Implantação de equipamentos de áudio, vídeo e automação**: conforme memorial descritivo de tecnologia, incluindo painéis de LED, microfones, caixas acústicas, mesa digital, projetores e automação de cenários;
- g) **Instalação de louças e metais sanitários**: conforme planilhas dos projetos de instalações;
- h) **Execução de rampas, corrimãos, sinalização tátil e demais itens de acessibilidade**: em todas as circulações e ambientes necessários;
- i) **Demolições, remoções e adequações estruturais**: nas áreas identificadas em projeto, como palco, banheiros, copa, hall, sala de apoio e vestiários.

6.8. Estimativas das áreas:

- a) **Auditório (piso principal):**

Instalação de novos pisos vinílicos e carpetes técnicos, substituição de revestimentos e execução de tratamento acústico.

Área: 409,75 m²

(Fonte: projeto arquitetônico – tabela de piso)

- b) **Palco:**

Adequações estruturais, instalação de revestimento acústico, iluminação cênica e acessibilidade ao palco.

Área: 44,80 m²

(Fonte: planta auditório – área demarcada)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

c) **Foyer / Hall de entrada:**

Reformulação de pisos, forros, iluminação e adequações de acessibilidade.

Área: 39,90 m²

(Fonte: projeto arquitetônico – identificação de ambientes)

d) **Sala de apoio / técnica:**

Reformulação de acabamentos, instalações prediais e adequações de acessibilidade.

Área: 14,60 m²

(Fonte: planta e legenda de ambientes – apoio técnico)

e) **Sanitários dos pavimentos (masculinos, femininos e PCD):**

Reforma de sanitários masculinos, femininos e PCD em todos os pavimentos (Mezanino, 1º, 2º, 3º, 4º andar e térreo/auditório), incluindo instalação de novos revestimentos, louças, barras de apoio e portas acessíveis, em plena conformidade com a NBR 9050.

I. Masculino:

1. Térreo/Auditório: 9,3 m²
2. Mezanino: 8,5 m²
3. 1º Pavimento: 8,6 m²
4. 2º Pavimento: 8,5 m²
5. 3º Pavimento: 8,5 m²
6. 4º Pavimento: 8,5 m²

Total: 51,9 m²

II. Feminino:

1. Térreo/Auditório: 9,4 m²
2. Mezanino: 9,2 m²
3. 1º Pavimento: 9,3 m²
4. 2º Pavimento: 9,2 m²
5. 3º Pavimento: 9,2 m²
6. 4º Pavimento: 9,2 m²

Total: 55,5 m²

III. PCD:

1. Térreo/Auditório: 7,6 m²



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

2. Mezanino: 7,6 m²

3. 1º Pavimento: 7,6 m²

4. 2º Pavimento: 7,6 m²

5. 3º Pavimento: 7,6 m²

6. 4º Pavimento: 7,6 m²

Total (6 unidades): 45,6 m²

(Fonte: Projeto sanitário – quadros de áreas e identificação de ambientes)

f) Sanitário PCD do subsolo integrado ao vestiário:

Adequação de acessibilidade e equipamentos especiais no sanitário PCD integrado ao vestiário do subsolo.

Área: 13,2 m²

(Fonte: planta arquitetônica - sanitário)

g) Copa:

Reforma e adequação para acessibilidade e eficiência operacional.

Área: 6,70 m²

(Fonte: planta arquitetônica – ambientes de apoio)

h) Circulação:

Recuperação de pisos, sinalização tátil, adequação de largura e portas, priorizando acessibilidade.

Área: 16,00 m²

(Fonte: planta arquitetônica – circulações internas)

i) Sala técnica:

Adequação de instalações prediais e sistemas de apoio.

Área: 6,50 m²

(Fonte: planta arquitetônica – legenda de ambientes)

j) Cabine de som:

Reforma de espaço técnico e implantação de equipamentos especializados.

Área: 2,90 m²

(Fonte: planta auditório – área técnica reservada)

k) Revestimentos acústicos e forros:

Instalação de painéis perfurados, forros acústicos modulares e demais soluções previstas nos projetos de acústica.

Área total aproximada: 480,00 m²

(Fonte: estimativa conforme ambientes previstos nos projetos de forro/revestimento acústico)



- 6.9. As **quantidades detalhadas**, por item e ambiente, constam das planilhas orçamentárias anexas, sendo as quantidades e metragens acima utilizadas apenas como referência para composição do orçamento, definição de cronograma físico-financeiro e elaboração do Termo de Referência para licitação. A licitante deverá validar as informações após a leitura de todo projeto executivo e vistoria no local.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1 A estimativa do valor da contratação foi realizada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65 de 07 de julho de 2021- SLTI/MPOG, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

- 7.2 A **estimativa de custos** para a execução da reforma do auditório e demais dependências do CRQ-IV/SP foi realizada com base:

- I. Nas **planilhas orçamentárias detalhadas** (serviços e equipamentos) fornecidas nos projetos executivos;
- II. Na **tabela SINAPI** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), vigente para o Estado de São Paulo, utilizada como referência para todos os insumos, serviços e composições de preços unitários;
- III. Nos **memoriais descritivos e especificações técnicas** dos projetos, assegurando alinhamento entre o escopo do orçamento e o objeto licitado;
- IV. Na **declaração formal de BDI** (Bonificação e Despesas Indiretas), apresentada conforme exigência normativa e baseada no documento específico fornecido na etapa de projeto.

- 7.3 A composição orçamentária considerou:

- I. **Materiais e insumos**: valores compatíveis com o mercado regional, cotados segundo SINAPI/SP;
- II. **Mão de obra**: valores atualizados conforme convenções coletivas e referência SINAPI;
- III. **Equipamentos, sistemas e mobiliário especializado**: orçados de acordo com o memorial de áudio, vídeo, automação e climatização;
- IV. **Serviços complementares**: demolições, transporte de resíduos, instalações provisórias e serviços acessórios detalhados em projeto;
- V. **BDI**: percentual informado na declaração de BDI, refletindo custos indiretos, lucro, seguros, garantias e demais despesas do construtor.

- 7.3 O valor global estimado foi obtido a partir da **soma dos itens de serviço e equipamentos** apresentados nas planilhas, sendo o orçamento a principal referência para fixação do teto da licitação e análise de propostas.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

Tabela A - Valores Estimados: Reforma do Auditório e Demais Dependências do CRQ-IV/SP

Grupo / Etapa	Valor Estimado
Administração e Controle	R\$ 75.574,40
Sanitários	R\$ 231.053,72
Vestiário PCD - Subsolo	R\$ 32.337,57
Auditório	R\$ 2.241.556,59
Equipamentos - Auditório	R\$ 50.485,32
Foyer	R\$ 289.750,13
Átrio	R\$ 72.085,66
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 2.992.843,39

BDI	Valor Estimado
BDI (Reforma Atrio, Vestiário, Sanitários e Auditório)	R\$ 488.306,29
BDI (Equipamentos - Auditório)	R\$ 6.584,52
VALOR TOTAL	R\$ 494.890,81

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 8.1. Não será adotado o parcelamento da solução, tendo em vista o projeto executivo contemplar sua execução como um todo, com a devida anotação de responsabilidade técnica.
- 8.2. Não há o que se falar de parcelamento da solução, pois esta é única e indivisível, sem necessidade de ser separada em itens. Mesmo que o projeto apresente etapas de execução, tratam-se apenas de divisões internas para os serviços e os respectivos pagamentos quando de sua entrega.
- 8.3. A Administração contratando os serviços de engenharia juntamente ao fornecimento de itens e demais requisitos necessários à sua regular operação, está gerando potenciais ganhos em eficiência e celeridade se comparado a duas contratações distintas para o mesmo objetivo. Ressalta-se que a contratação em itens separados para este caso concreto poderá gerar grande risco de insucesso para a Administração, uma vez que as etapas de demolição interferem uma nas outras, o que pode gerar danos de uma empresa à outra, promover atrasos ou perda de produtividade, impossibilidade de execução dentro da cadeia executiva prevista.
- 8.4. A contratação de forma integrada proporciona maior agilidade no atendimento da demanda, evita a possibilidade de problemas de responsabilidade compartilhada por empresas distintas atuando no mesmo ambiente, e finalmente concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma única contratação.
- 8.5. Com o não parcelamento da solução, busca-se evitar o aumento do número de fornecedores distintos, a fim de preservar ao máximo possível as rotinas de trabalhos, que são afetadas por eventuais



descompassos na execução dos serviços por diferentes empresas. Ademais, para a Administração Pública, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados.

- 8.6. Tendo em vista o acima exposto, **o regime de execução será o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, em que, além do fornecimento objeto, a Contratada se responsabiliza também por sua operação, manutenção, ou ambas, por tempo determinado**, prevendo o fornecimento de bens, execução de obras e operação dos serviços a eles inerentes em um único instrumento contratual e pelas ações da mesma Contratada.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. CORRELATAS:

9.1.1. Previamente à esta solução, foi realizada a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de projetos executivos de engenharia e arquitetura utilizando a modelagem em BIM, orçamentos, memoriais descritivos e cronograma de obra para execução das obras de retrofit do auditório do edifício deste Conselho Regional de Química IV Região.

9.1.2. DADOS DA CONTRATAÇÃO:

- a. Contratada: GTX ENGENHARIA LTDA
- b. Contrato nº: CRQ-31/22 Valor: R\$ 32.000,00
- c. ART: 2320238500210636 - CREA-RO
- d. Responsável Técnico: Eng.ª Amanda Novais Loredó de Melo – CREA 11640D RO

9.2. INTERDEPENDENTES:

9.2.1. Conforme anteriormente descrito no levantamento de mercado deste ETP, neste órgão inexistem quadros funcionais fiscalização técnica, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração para este fim.

9.2.2. Conforme instrução dada pela Lei 5194/1966 em seu artigo 6º, exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou arquiteto a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITÓRIO RETROFIT_Out/25

- 9.2.3. Diante do acima exposto, faz-se necessário, concomitante à contratação em tela, efetuarmos a contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de Engenharia Civil/Arquitetura, para serviços de inspeção técnica (fiscalização de execução de obra) com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART/RRT)
- 9.2.4. Para os serviços supracitados serão desenvolvidos em momento oportuno os devidos instrumentos de planejamento para esta contratação.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 10.1. Planejamento estratégico referente à Gestão 2018 a 2028.
- 10.2. Centro de Custo:
- a) 05.03.04.504 – PROJETOS – Execução de Reforma do Auditório – Sede CRQ-IV
- 10.3. Elemento Despesa:
- a) 6.2.2.1.2.44.90.51.0003 – Instalações e 6.2.2.1.2.44.90.51.099 - Outras Obras e Instalações
- 10.4. O objeto está contemplado em item nº 58 do PAC, destinado à modernização, adequação à acessibilidade e manutenção da infraestrutura predial da sede institucional. Esta previsão assegura o alinhamento do investimento com o planejamento estratégico do órgão e com as diretrizes de melhoria contínua dos ambientes de uso coletivo e atendimento ao público.
- 10.5. A inclusão formal desta demanda no Plano Anual de Contratações reforça a transparência, a racionalidade do gasto público e o cumprimento das exigências normativas estabelecidas pela legislação vigente.
- 10.6. Convênio nº 32/2025 entre Conselho Federal de Química e Conselho Regional de Química, visando promover o projeto de execução da reforma do auditório da sede do CRQ-IV/SP, assinado em 27/06/2025.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 11.1. Atualizar as instalações físicas do Auditório e seus espaços adjacentes de forma otimizada, segura e eficaz, oferecendo instalações com serviços operacionais em ordem e de qualidade, prontas para contribuir com a produtividade dos colaboradores e preparadas para adequada utilização do público interno e externo.



- 11.2. As obras de readequação (retrofit) das instalações do Auditório e suas adjacências visam o atendimento da ABNT NBR 9050 no que tange à acessibilidade das edificações e seus mobiliários, espaços e equipamentos.
- 11.3. As adequações realizadas proporcionarão a devida segurança de pessoas e do patrimônio público, com o pleno funcionamento das instalações, inclusive no que tange à ergonomia e iluminação dos espaços contemplados na execução da obra.
- 11.4. Objetivo estratégico: OE11 - Adotar as melhores práticas de Governança e Gestão
- 11.5. Dimensão estratégia: Governança e Gestão
- 11.6. Não foram identificados ganhos diretos ou indiretos relacionados ao desenvolvimento nacional sustentável.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS NA CONTRATAÇÃO

12.1. Espaço físico e logística:

12.1.1 **Antes do início da execução dos serviços**, deverão ser providenciadas todas as medidas de preparação e segurança da área, incluindo:

- a) Elaborar um Plano de Segurança e Saúde no Trabalho (PSST), identificando riscos específicos e medidas preventivas, conforme NR-18 (item 18.3 – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Construção – PCMAT);
- b) Comunicar previamente, por meio de avisos internos e externos, os funcionários e terceiros sobre a obra, seu cronograma, possíveis impactos e medidas de mitigação, em conformidade com a ABNT NBR 16.280:2014 (item 4.3 – Comunicação);
- c) Garantir que todas as licenças e autorizações necessárias sejam obtidas antes do início, incluindo autorizações municipais, ambientais e do Corpo de Bombeiros, quando aplicável;
- d) Retirar, cobrir ou proteger equipamentos e mobiliário sensíveis à poeira, vibração e umidade, evitando danos;
- e) Proceder o isolamento físico do local da obra por meio de tapumes, barreiras e sinalização adequada, visando restringir o acesso de pessoas não autorizadas, delimitar fisicamente o canteiro de obras e instalar sinalização de advertência conforme diretrizes da NR-18 (item 18.6 – Sinalização de Segurança) e da ABNT NBR 16.280:2014 (item 5.4 – Isolamento da área);



- f) Providenciar proteção dos elementos construtivos, pisos, paredes, esquadrias e demais acabamentos existentes que não serão objeto de intervenção, a fim de evitar danos, atendendo ao disposto na ABNT NBR 16.280:2014 (item 5.5 – Proteção e integridade das áreas não reformadas);
- g) Prever medidas para preservação da estrutura existente, evitando cortes, perfurações ou demolições que comprometam elementos estruturais, conforme diretrizes da ABNT NBR 6118:2023 (Projeto de estruturas de concreto);
- h) Definição e adequação dos pontos de **carga e descarga de materiais**, com controle de circulação de veículos e transporte de insumos, em conformidade com a NR-18 (item 18.14 – Transporte de materiais e pessoas);
- i) Instalação de recipientes e áreas específicas para o acondicionamento temporário e a destinação correta de resíduos e entulhos, conforme previsto na ABNT NBR 16.280:2014 (item 5.8 – Gestão de resíduos) e na legislação ambiental vigente;
- j) Realização de vistoria técnica conjunta (Contratada e Fiscalização) para registro fotográfico e documental das condições iniciais da área, servindo como referência para eventuais verificações futuras, nos termos da ABNT NBR 16.280:2014 (item 5.2 – Registro e documentação inicial);
- k) Adoção de medidas preventivas para **mitigação de ruídos, poeira e vibrações**, de modo a minimizar impactos sobre as áreas vizinhas e as atividades administrativas da CRQ-IV/SP, seguindo as recomendações da ABNT NBR 10.152 (Níveis de ruído para conforto acústico) e ABNT NBR 14.644 (Controle de partículas em ambientes);
- l) Planejamento e execução da **realocação temporária de pessoas das áreas afetadas**, em horários previamente definidos, de forma a evitar prejuízos às atividades laborais e **garantir a segurança dos ocupantes**, considerando a exposição a ruídos, poeira, sujeira e eventuais riscos inerentes à obra. Como medida preventiva adicional, e em conformidade com a NR-18 (item 18.3.1 – Planejamento das atividades), as **obras poderão ser realizadas, total ou parcialmente, em horário posterior ao expediente, compreendido entre 17h e 22h**, sempre que tecnicamente viável e previamente autorizado pela Fiscalização.
- m) O Conselho Regional de Química IV Região, por intermédio da Gerência de Infraestrutura, deverá prover os devidos acessos à Contratada, de modo que a mesma possa executar satisfatoriamente os serviços a serem contratados, inclusive definindo horários para execução dos mesmos, local de armazenamento de materiais, equipamentos, insumos, formas de acesso dos operários etc.



12.2. Infraestrutura hidráulica:

- 12.2.1. Para execução da obra, não há necessidade de adequação na infraestrutura hidráulica já existente.
- 12.2.2. Entretanto, havendo qualquer necessidade de intervenções, estas serão devidamente acompanhadas e fiscalizadas pelos fiscais técnicos do CRQ-IV/SP, oportunamente.
- 12.2.3. Quanto às intervenções, quando de sua ocorrência, dever-se-á mapear as redes de água, esgoto e combate a incêndio existentes, prever desligamentos programados, proteger tubulações expostas e executar novas instalações conforme ABNT NBR 5626:2020 (Instalação predial de água fria e quente) e demais normas pertinentes caso necessário;

12.3. Infraestrutura elétrica:

- 12.3.1. Para execução da obra, não há necessidade de adequação na infraestrutura elétrica já existente.
- 12.3.2. Entretanto, havendo qualquer necessidade de intervenções, estas serão devidamente acompanhadas e fiscalizadas pelos fiscais técnicos do CRQ-IV/SP, oportunamente.
- 12.3.3. Quanto às intervenções, quando de sua ocorrência, dever-se-á inspecionar toda a rede existente, identificar pontos de intervenção, desligar circuitos quando necessário e adotar procedimentos de segurança em conformidade com a NR-10 e ABNT NBR 5410:2004 (Instalações elétricas de baixa tensão);

12.4. Mobiliário:

- 12.4.1. Não há necessidade de adequação de mobiliário. Os assentos do Auditório que serão reformados já foram retirados e reposicionados na lateral do foyer, para facilitar e agilizar esta etapa da obra.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 13.1. Durante os estudos preliminares foram evidenciados impactos ambientais de relevância na contratação pretendida. Para preveni-los, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01 /2010, nos seguintes termos:



- 13.1.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 13.1.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar destinação adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos procedimentos específicos relacionados às respectivas classes de resíduos, conforme abaixo:
- a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;
 - b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 13.1.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 13.1.4. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 13.1.5. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles



estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Práticas de sustentabilidade que devem ser observadas pela Contratada:

- 14.1. Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
 - 14.1.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
 - 14.1.2. Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE

- 15.1. O serviço a ser contratado contribui para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzidas, visando à sua adaptação e locomoção nas dependências do Conselho Regional de Química IV Região.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 16.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

17. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

- 17.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução ora descrita mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.
- 17.2. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.



18. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

- 18.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o presente estudo não se classifica como sigiloso.

19. Responsáveis

São Paulo, 01 de outubro de 2025.

Equipe de Planejamento

Leonardo de Oliveira Secco

Integrante Requisitante

Fabiano dos Santos Souza

Integrante Técnico

Adriano Cavalcante da Silva

Integrante Requisitante

Jardson de Oliveira Santos

Integrante Técnico

Carlos Fukushima

Integrante Administrativo



ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

DOS REQUISITOS PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO CONTRATADO

1. A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e/ou
 - b. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;
3. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita pelo Fiscal por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor a ser pago no período avaliado.
4. As situações abrangidas pelo presente instrumento se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
5. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a medição dos resultados e qualidade da prestação dos serviços realizada;
6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para as inconformidades na prestação do serviço, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
7. O instrumento de medição de resultado apresentado no quadro abaixo tem como função definir os indicadores mínimos de acompanhamento para aferição da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.
8. Todas as ocorrências serão registradas e notificadas à CONTRATADA, atribuindo pontos, de acordo com o quadro seguinte:

TABELA 01 – Ocorrências

ITEM	OCORRÊNCIAS	AFERIÇÃO	PONTOS
1	Manter colaborador sem EPIs durante a execução dos serviços.	Por ocorrência	1
2	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme em péssimo estado e/ou sem crachá / identificação.	Por ocorrência	1
3	Destruir ou danificar documentos, equipamentos ou instalações por culpa ou dolo de seus funcionários próprios ou subcontratados.	Por ocorrência	4
4	Utilizar as dependências da CRQSP para fins diversos do contrato.	Por ocorrência	3
5	Retirar funcionários, encarregados ou preposto durante a execução dos serviços, sem	Por ocorrência	1

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

	aviso ou devida anuência da fiscalização.		
6	Retirar das dependências do CRQSP quaisquer equipamentos, ferramentas, materiais ou insumos, sem autorização prévia do responsável.	Por item e/ou por ocorrência	2
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
9	Conferir os materiais entregues durante o recebimento, verificando correspondência com o constante na nota fiscal e pedido efetuado	Por ocorrência	1
10	Proceder a guarda dos materiais, ferramentas e insumos da obra no local correto e de maneira adequada	Por ocorrência	1
11	Manter o asseio dos locais da reforma conforme plano de limpeza de obra	Por ocorrência	1
12	Prestar assistência e socorro imediato a seus funcionários ou subcontratados em caso de acidente durante a execução das obras, inclusive quanto a abertura de CAT	Por ocorrência	7
13	Manter a documentação de habilitação da empresa e informações sobre os funcionários destinados a execução do serviço, atualizada.	Por item e/ou por ocorrência	1
14	Preencher o diário de obra	Por dia	1
15	Proceder com o descarte correto dos resíduos conforme PGRCC		3
16	Manter preposto e/ou encarregado, durante a execução do contrato, desde seu início, no local da execução das obras.	Por dia	1
17	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	Por ocorrência	2
18	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no contrato e no plano de fiscalização, que possa ou não causar prejuízo à Contratante	Por dia e/ou por ocorrência	1
19	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no contrato e no plano de fiscalização.	Por dia e/ou por ocorrência	1
20	Disponibilizar materiais, ferramentas, equipamentos e utensílios necessários ao andamento dos serviços.	Por dia	1

TABELA 02 – FAIXA DE AJUSTE

PONTUAÇÃO ACUMULADA	AJUSTE DE PAGAMENTO
1 (um) ponto	Sem ajuste – Envio de notificação / advertência.
2 (dois) pontos	Sem ajuste – Envio de notificação / advertência.
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 1% do valor sobre o valor da etapa em execução no momento da ocorrência
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 2% do valor sobre o valor da etapa em execução no momento da ocorrência
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 3% do valor sobre o valor da etapa em execução no momento da ocorrência
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 4% do valor sobre o valor da etapa em execução no momento da ocorrência
7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor sobre o valor da etapa em execução no momento da ocorrência
Acima de 7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado, acrescido de 1% para cada ponto extra.

9. Os registros serão mensurados e avaliados mensalmente, preferencialmente no último dia útil de cada mês. À critério da fiscalização, essa data poderá ser readequada para melhor aplicação da avaliação.

10. As ocorrências serão registradas pela fiscalização, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos aos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

registros individuais dela.

- 11.** Sendo constatada irregularidade, será concedida oportunidade para apresentação de defesa, a qual será apreciada.
- 12.** Constatado desvio efetivo em relação às obrigações, a CONTRATADA receberá a pontuação por não conformidade no resultado de seu desempenho.
- 13.** Os pagamentos devidos devem ser ajustados pela pontuação total das não conformidades na prestação dos serviços, conforme gradação da tabela 02.
- 14.** Constatando o CRQ-SP que o desempenho da CONTRATADA se tornou precário, atingindo-se um total de 10 (dez) ou mais pontos em dois ou mais períodos sucessivos, com base no critério vigente, poderá iniciar unilateralmente o procedimento de rescisão contratual, sem direito a quaisquer ressarcimentos à CONTRATADA.
- 15.** Em caso de atrasos na prestação dos serviços sem justificativa, a critério do CRQ-SP, o serviço poderá não ser mais aceito, configurando inexecução do contrato, com as penalidades previstas neste termo e demais legislações pertinentes a contratação.

São Paulo, 01 de outubro de 2025.

Equipe de Planejamento

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

ANEXO II – TABELA DE GRADAÇÃO MULTAS

1. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas no quadro 02, respeitada a gradação de infrações conforme quadro 01, sendo que as respectivas multas poderão ser aplicadas cumulativamente;
2. O pagamento estará vinculado ao cumprimento integral das obrigações contratuais e à aferição dos serviços efetivamente prestados, conforme critérios objetivos definidos em contrato (art. 141, Lei 14.133/2021).
3. Será competente para a aplicação das penalidades previstas no presente instrumento a autoridade responsável pela celebração do contrato;
4. Para efeito de cálculo à aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com quadro 05 a seguir:

QUADRO 01 – DOS GRAUS

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,033% sobre o valor global do Contrato
2	0,067% sobre o valor global do Contrato
3	0,133% sobre o valor global do Contrato
4	0,267% sobre o valor global do Contrato
5	0,533% sobre o valor global do Contrato

QUADRO 02 – PARAMETROS DE AVALIAÇÃO DE FALHAS

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
02	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
04	Fornecer informação falsa relacionada ao serviço executado.	4
05	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
06	Permitir situação que crie a possibilidade de causar danos ao patrimônio público, incluindo roubos e furtos, dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
Para os itens a seguir, deixar de:		
07	Registrar e controlar assiduidade e pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	1
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização do contrato, por ocorrência.	2
09	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte e/ou ticket-refeição, demais verbas trabalhistas, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato, nas datas avençadas, por ocorrência e por dia;	3
10	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia	3
11	Fornecer os uniformes e EPIs para cada categoria, por funcionário e por ocorrência	2

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

12	Indicar prepostos e encarregados, bem como suas substituições, por ocorrência	3
13	Comprovar o pagamento do verbas trabalhistas ou quaisquer benefícios dos seus empregados, na forma do Contrato, por dia de atraso.	4
14	Apresentar quaisquer documentos relacionados aos empregados, quando solicitado pelo órgão fiscalizador, por solicitação	4
15	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3

5. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a aplicação de outras penalidades;
6. O valor da multa será descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
7. Se o valor a ser pago à CONTRATANTE não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
8. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
9. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, deverá ser complementado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE

São Paulo, 01 de outubro de 2025.

Equipe de Planejamento



ANEXO III – PLANO DE LIMPEZA DA OBRA

ORGANIZAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA OBRA

1. As obrigações descritas neste Anexo baseiam-se nas boas práticas de gestão de obras reconhecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU, Acórdãos 2.622/2013 e 1.118/2020) e nas diretrizes da IN SEGES/MGI nº 05/2017 e nº 176/2024, bem como no Manual de Obras Públicas e Edificações – Práticas da SEAP, que determinam a inclusão, no planejamento e na execução contratual, de rotinas de limpeza, organização, segurança e destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil, integrando essas atividades ao BDI e à fiscalização da obra.
2. De acordo com o TCU (Acórdãos 2.622/2013 e 1.118/2020), a adequada gestão do canteiro, a manutenção da limpeza e a destinação ambientalmente correta dos resíduos são condições essenciais à boa execução contratual e devem constar expressamente como obrigações da contratada. As Instruções Normativas SEGES/MGI nº 05/2017 e nº 176/2024 reforçam que o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência devem prever, de forma compatibilizada com o cronograma físico-financeiro, as medidas de organização, limpeza e sustentabilidade ambiental necessárias ao bom andamento da obra.
3. Já o Manual de Obras Públicas e Edificações – Práticas da SEAP, da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio estabelece diretrizes gerais para a execução de serviços de limpeza de obras, definindo materiais e equipamentos a serem utilizados na limpeza de obras para atender às recomendações das boas práticas de construção.
4. A finalidade deste anexo é estabelecer diretrizes e responsabilidades quanto à organização, limpeza e manutenção das áreas de execução da obra, canteiro e locais de armazenagem de materiais durante a prestação de serviços de engenharia de execução da obra referente à reforma do auditório do Conselho Regional de Química IV Região – São Paulo, incluindo retrofit do foyer, sanitário, vestiário PCD e rampa, bem como a construção de coberturas para o átrio e para lateral externa do auditório a serem executados nas dependências do CRQ-IV Região – “Edifício Olavo de Queiroz Guimarães Filho”, situado na Rua Oscar Freire, 2039 – Pinheiros – São Paulo/SP, garantindo segurança, salubridade e qualidade de execução, em conformidade com a legislação aplicável.



5. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- 5.1. A contratada será plenamente responsável pela manutenção da limpeza, organização e salubridade das áreas de execução durante todas as fases da obra, mantendo canteiro, depósitos, acessos e locais de trabalho e execução dos serviços permanentemente organizados, limpos e sinalizados, de modo a garantir segurança, salubridade e qualidade da execução.
- 5.2. A contratada será inteiramente responsável pela execução, controle e manutenção das rotinas de limpeza e organização nas fases pré-obra, durante a execução (intra-obra) e pós-obra, até o recebimento provisório dos serviços, adotando rotinas diárias e semanais de limpeza conforme disposto neste anexo e demais normas técnicas aplicáveis.
- 5.3. As atividades de limpeza e organização compreenderão, no mínimo:
- a) Limpeza diária das áreas de circulação, pisos e locais de trabalho, com recolhimento de resíduos, embalagens e sobras de materiais, mantendo o local de execução livre de entulhos, resíduos e obstáculos;
 - b) Limpeza semanal dos depósitos e canteiro, com retirada de entulhos e materiais inservíveis;
 - c) Limpeza final da obra (pré-entrega), abrangendo lavagem e higienização de superfícies, luminárias, revestimentos e mobiliário fixo;
 - d) Segregação de resíduos conforme classes definidas no PGRCC, com acondicionamento e destinação ambientalmente adequada;
 - e) Preservar a integridade de áreas já finalizadas, aplicando proteção adequada em pisos, paredes e equipamentos, especialmente quando houver sobreposição de serviços em áreas já acabadas.
 - f) Assegurar que as áreas de circulação e armazenamento estejam devidamente sinalizadas, ventiladas e seguras.
 - g) O descumprimento dessas obrigações poderá ensejar glosa nas medições, retenção de valores ou rejeição do recebimento provisório, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. LIMPEZA PRÉ-OBRA

- 5.4.1. Antes do início dos serviços, a contratada deverá promover a limpeza e organização inicial do canteiro e das áreas de intervenção, abrangendo:
- a) Remoção de entulhos, materiais inservíveis, móveis e equipamentos existentes que possam interferir na execução da obra;
 - b) Limpeza e nivelamento do terreno ou piso existente, quando aplicável;
 - c) Instalação e limpeza dos sanitários, vestiários, depósito de materiais e áreas de vivência;
 - d) Organização dos acessos, sinalização provisória e fechamento do canteiro;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

e) Proteção de áreas adjacentes e elementos construtivos que não serão reformados, garantindo sua integridade.

5.4.2. A execução da limpeza pré-obra deverá ocorrer antes da instalação definitiva do canteiro, e será condição para o início os serviços medidos, devendo ser registrada em relatório fotográfico e validada pela Fiscalização.

5.5. LIMPEZA INTRA-OBRA

5.5.1. As atividades de limpeza intra-obra integram o escopo contratual e devem ocorrer de forma contínua e compatível com o cronograma físico-financeiro, sendo condição necessária para a continuidade das frentes de serviço e para a liberação das medições mensais.

5.5.2. Compete à contratada:

- a) Executar limpeza diária das áreas em uso, com recolhimento de entulhos, embalagens, sobras de materiais, poeira e respingos de argamassa, tinta ou rejunte, mantendo o local livre de obstáculos e resíduos;
- b) Promover limpeza semanal ampliada, abrangendo reorganização de materiais, desobstrução de drenagens, higienização de áreas comuns e recolhimento integral dos entulhos acumulados;
- c) Manter o canteiro de obras em condições adequadas de circulação, ventilação e segurança, com pisos nivelados e sem acúmulo de detritos;
- d) Segregar os resíduos conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, garantindo acondicionamento adequado e destinação ambientalmente correta, mediante emissão de MTR e CDF;
- e) Preservar as áreas e superfícies já finalizadas, adotando proteções físicas, lonas ou mantas, e realizando limpeza leve periódica para evitar danos;
- f) Garantir que os sanitários, vestiários e áreas de vivência provisórias sejam higienizados diariamente, com reposição de insumos e desinfecção regular.

5.5.3. O descumprimento das rotinas de limpeza intra-obra acarretará a lavratura de termo de notificação pela Fiscalização, com prazo máximo de 24 horas para regularização. Persistindo a irregularidade, poderão ser aplicadas glosas parciais nas medições, retenção de valores ou sanções contratuais, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

5.5.4. A limpeza intra-obra constitui obrigação acessória e contínua, considerada parte integrante dos custos diretos e indiretos da proposta, compondo o BDI da contratada, **e não ensejará em nenhuma hipótese pagamento adicional ou motivo para solicitação de reajuste da proposta ou reequilíbrio financeiro.**

5.6. LIMPEZA PÓS-OBRA

5.6.1. Após a conclusão dos serviços, a contratada deverá realizar a limpeza técnica final da obra, compreendendo todas as atividades descritas na Tabela de Limpeza Técnica Final – Etapas e



Procedimentos deste Anexo, garantindo que os ambientes reformados sejam entregues em perfeitas condições de uso e habitabilidade.

5.6.2. A limpeza pós-obra deverá incluir, no mínimo:

- a) Retirada total de entulhos, sobras de materiais, resíduos de argamassa, tinta e rejunte;
- b) Lavagem e higienização de pisos, paredes, luminárias, esquadrias, vidros, bancadas, louças e metais sanitários;
- c) Polimento e acabamento de superfícies sensíveis, sem uso de abrasivos;
- d) Retirada de películas, fitas adesivas e proteções provisórias;
- e) Remoção de poeira fina com aspiradores adequados e panos de microfibra;
- f) Entrega dos ambientes completamente limpos, livres de odor, manchas e resíduos.

5.6.3. A limpeza final será condição indispensável para o recebimento provisório da obra, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, devendo a contratada apresentar:

- a) Relatório técnico de limpeza, contendo data, equipe executora e produtos utilizados;
- b) Registro fotográfico “antes e depois”;
- c) Cópias de MTR e CDF referentes à destinação dos resíduos;
- d) Checklist de verificação assinado pela Fiscalização.

5.6.4. Caso a limpeza final não atenda aos padrões exigidos, a Fiscalização poderá recusar o recebimento provisório até que as pendências sejam sanadas, sem que isso gere ônus adicional para o Contratante.

5.6.5. Todas as atividades de limpeza pré, intra e pós-obra deverão estar incluídas no cronograma físico-financeiro e integradas ao custo global da proposta, compondo o BDI da contratada, conforme as boas práticas de planejamento de obras estabelecidas pela IN SEGES/MGI nº 05/2017 e nº 176/2024 e pelo Manual de Obras Públicas e Edificações – Práticas da SEAP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

6. PROCEDIMENTOS GERAIS:

- 6.1. Deverão ser devidamente removidos da obra todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios;
- 6.2. Deverá ser realizada a remoção de todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos;
- 6.3. A limpeza dos elementos deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas;
- 6.4. Particular cuidado deverá ser aplicado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies;
- 6.5. Deverão ser cuidadosamente removidas todas as manchas e salpicos de tinta de todas as partes e componentes da edificação, dando-se especial atenção à limpeza dos vidros, ferragens, esquadrias, luminárias e peças e metais sanitários;
- 6.6. Para assegurar a entrega da reforma em perfeito estado, a Contratada deverá executar todos os arremates que julgar necessários, bem como os determinados pela Fiscalização.



7. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS A SEREM ADOTADOS:

- 7.1. **Piso melamínico, vinílico ou de borracha:** limpeza com pano úmido com água e detergente neutro;
- 7.2. **Pisos cerâmicos, ladrilhos industriais e pisos industriais monolíticos:** lavagem com solução de ácido muriático, na proporção de uma parte de ácido para dez de água, seguida de nova lavagem com água e sabão;
- 7.3. **Tapetes e carpetes:** limpeza com aspirador de pó e remoção de eventuais manchas com solução apropriada a cada tipo;
- 7.4. **Pisos de madeira:** raspagem com lixas grossa e média; calafetação com massa de gesso e óleo de linhaça; raspagem com lixa fina, seguida de uma demão de óleo de linhaça aplicado com estopa;
- 7.5. **Azulejos:** remoção do excesso de argamassa de rejuntamento seguida de lavagem com água e sabão neutro;
- 7.6. **Divisória de mármore:** aplicação de lixa d'água fina, úmida, seguida de lavagem com água e saponáceo em pó;
- 7.7. **Divisória de madeira:** limpeza com produto de limpeza adequado;
- 7.8. **Vidros:** remoção de respingos de tinta com removedor adequado e palha de aço fino, remoção dos excessos de massa com espátulas finas e lavagem com água e papel absorvente. Por fim, limpeza com pano umedecido com álcool;
- 7.9. **Paredes pintadas com tinta látex ou de base acrílica:** limpeza com pano úmido e sabão neutro;
- 7.10. **Ferragens e metais:** limpeza das peças cromadas e niqueladas com removedor adequado para recuperação do brilho natural, seguida de polimento com flanela; lubrificação adequada das partes móveis das ferragens para o seu perfeito acionamento;
- 7.11. **Aparelhos sanitários:** remoção de papel ou fita adesiva de proteção, seguida de lavagem com água e sabão neutro, sem adição de qualquer ácido;
- 7.12. **Aparelhos de iluminação:** remoção do excesso de argamassa ou tinta com palha de aço fina, seguida de lavagem com água e sabão neutro.

8. TABELA DE FREQUÊNCIA RECOMENDADA DAS ATIVIDADES:

Etapa / Atividade	Tipo de Limpeza / Organização	Frequência	Responsável	Observação
Canteiro	Organização e limpeza inicial do local; Limpeza geral do piso e reorganização dos materiais; Lavagem dos pisos pavimentados;	Antes do início Diária Semanal	Contratada	Inclui sinalização e cercamento. Registrar com fotos e data.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

	Desobstrução de circulação; Retirada completa dos entulhos acumulados.			
Demolições	Retirada de entulho, varrição e umedecimento do piso	Diária Semanal	Contratada	Evitar dispersão de poeira.
Instalações e acabamentos	Limpeza fina e retirada de resíduos específicos; Varrer e remover resíduos, poeira e sobras de materiais; Recolher restos de argamassa, gesso, madeira, fios, papéis e plásticos	Diária Semanal	Contratada	Imediata após cada frente de serviço.
Depósito e almoxarifado	Reorganização e limpeza do depósito; Revisão e organização do estoque; Limpeza de prateleiras, bancadas e pisos; Separação de materiais inservíveis para descarte.	Semanal	Contratada	Reorganizar após cada entrega de materiais. Itens inservíveis devem ser destinados conforme PGRCC.
Áreas de circulação e entorno	Varrer e remover resíduos, poeira e sobras de materiais; Recolher restos de argamassa, gesso, madeira, fios, papéis e plásticos; Limpeza e remoção respingos e resíduos de tinta, rejunte, etc.	Diária	Contratada	Proteger pisos e paredes existentes.
Sanitários provisórios e refeitórios	Limpeza úmida leve (detergente neutro e pano); Revisão de instalações e reposição de insumos; Limpeza profunda e desinfecção completa;	Semanal	Contratada / Fiscal	Assegurar salubridade mínima e condições adequadas aos trabalhadores. Inspeção semanal da Fiscalização.
Limpeza técnica final	Lavagem geral, vidros, pisos e mobiliário fixo	Antes do recebimento provisório	Contratada	Inclui higienização de superfícies e luminárias conforme procedimentos técnicos específicos.

9. TABELA DE LIMPEZA TÉCNICA FINAL – ETAPAS E PROCEDIMENTOS

9.1. A limpeza técnica final é a última etapa da execução da obra, anterior ao recebimento provisório, e tem como objetivo garantir que o ambiente reformado seja entregue em condições plenas de uso. Essa etapa abrange a remoção total de sujeira, resíduos e manchas resultantes da execução da obra, seguindo as boas práticas conforme tabela abaixo:

Etapa	Descrição	Observações
Inspeção prévia	Vistoria conjunta com o fiscal, identificando pontos sensíveis e gerando checklist de limpeza técnica.	Emitir relatório assinado antes do início.
Retirada de resíduos remanescentes	Coleta e segregação de resíduos finais conforme PGRCC.	Destinação com MTR e CDF.
Limpeza seca	Aspiração e varrição a vácuo de pisos, paredes e superfícies horizontais.	Usar aspiradores com filtro HEPA e panos de microfibra.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

Limpeza úmida	Lavagem controlada com detergente neutro biodegradável, enxágue e secagem.	Evitar abrasivos em superfícies delicadas.
Higienização vertical e forros	Limpeza de paredes, luminárias e grelhas com pano úmido e produto neutro.	Usar andaimes móveis certificados.
Vidros e esquadrias	Remover películas e respingos, limpeza com rodos e pano seco.	Evitar produtos com amônia.
Mobiliário fixo e superfícies especiais	Limpeza e aspiração de poltronas, painéis e bancadas.	Aplicar silicone em superfícies metálicas.
Revisão e inspeção final	Entrega de relatório técnico e fotos 'antes e depois'.	Condição para o recebimento provisório.

10. CONTROLE DE QUALIDADE E ENTREGA

10.1. A contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado com:

- Data e equipe executora;
- Métodos e produtos utilizados;
- Cópias de MTRs e CDFs;
- Registro fotográfico antes e depois;
- Declaração de conclusão e assinatura do responsável técnico.

10.2. Somente após aprovação da limpeza técnica final pela fiscalização será autorizada a entrega provisória da obra.

11. DIRETRIZES COMPLEMENTARES

11.1. Todo resíduo removido deverá ser segregado conforme o PGRCC, transportado e destinado por empresa licenciada, com emissão de MTR e CDF, a serem apresentados à Fiscalização.

11.2. A Fiscalização poderá determinar limpeza extraordinária sempre que identificar condições inadequadas ou risco de contaminação, acúmulo de resíduos ou insalubridade.

11.3. As atividades de limpeza diária e semanal deverão constar do cronograma físico-financeiro da obra, com vinculação direta às etapas correspondentes e às respectivas medições.

11.4. O descumprimento das rotinas de limpeza acarretará glosa parcial da medição, registro de não conformidade contratual e, se persistente, retenção de valores ou aplicação de sanções, conforme arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

São Paulo, 01 de outubro de 2025.

Equipe de Planejamento



ANEXO IV - MODELO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)

1. Identificação da Obra e da Contratada

Órgão Contratante: Conselho Regional de Química – IV Região

Tipo de Obra: Prestação de serviços de engenharia de execução da obra referente à reforma do auditório do Conselho Regional de Química IV Região – São Paulo, incluindo retrofit do foyer, sanitário, vestiário PCD e rampa, bem como a construção de coberturas para o átrio e para lateral externa do auditório.

Endereço: Edifício Olavo de Queiroz Guimarães Filho - Rua Oscar Freire, 2039 – Pinheiros – São Paulo/SP

Contratada:

CNPJ:

Responsável Técnico:

Registro Profissional: [CREA/CAU e número da ART/RRT referente ao PGRCC]

2. Objetivo

Definir os procedimentos técnicos e operacionais para o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados na reforma do auditório, conforme legislação vigente.

Objetivos:

- Minimizar a geração de resíduos;
- Promover segregação e reutilização;
- Garantir transporte e destinação final adequada;
- Assegurar rastreabilidade documental.

3. Base Legal e Normativa

- Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações (348/2004, 431/2011, 469/2015)
- Portaria MMA nº 280/2020
- Lei nº 12.305/2010 (PNRS)
- Lei nº 14.133/2021, art. 25, §6º
- ABNT NBR 15112 e 15113
- Normas municipais e estaduais vigentes.

4. Diagnóstico e Estimativa de Geração de Resíduos

Classificar os resíduos conforme CONAMA 307:

- Classe A – Reutilizáveis ou recicláveis (concreto, cerâmica)**
- Classe B – Recicláveis (papel, plástico, metal, madeira)**
- Classe C – Sem reciclagem viável (gesso)**
- Classe D – Perigosos (tintas, solventes, lâmpadas)**

5. Segregação e Armazenamento Temporário

- Separar resíduos na origem.
- Armazenar em áreas sinalizadas, com piso impermeável.
- Classe D: local coberto e ventilado.
- Manter controle de limpeza e drenagem.

6. Transporte e Destinação Final

- Transporte apenas por empresas licenciadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

- b. Apresentar licenças dos transportadores e áreas receptoras.
- c. Utilizar Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).
- d. Apresentar Comprovantes de Destinação Final (CDFs).

7. Treinamento e Conscientização

Treinar toda a equipe de obra sobre:

- a. Segregação correta;
- b. Uso de EPIs;
- c. Acondicionamento e transporte;
- d. Importância do PGRCC e penalidades.

8. Controle, Monitoramento e Registros

Manter planilhas com:

- a. Volume e tipo de resíduos;
- b. Datas de coleta e destino;
- c. Transportadores e destinatários;
- d. CDFs anexados e fotos das áreas de armazenamento.

Data	Etapa da Obra	Tipo de Resíduo	Classe	Quantidade (m³ ou kg)	Área de Armazenamento	Transportador (nome/licença)	Destinatário (nome/licença)	Nº MTR	Nº CDF	Observações / Fotos

9. Observações:

- a) - Atualizar mensalmente e apresentar à fiscalização junto às medições.
- b) - Todos os campos de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e Comprovante de Destinação Final (CDF) devem conter número identificador oficial.
- c) - Anexar fotos datadas das áreas de armazenamento e transporte.

10. Relatório Final de Execução do PGRCC – PROXIMO ANEXO

Deve conter:

- a. Síntese das ações realizadas;
- b. Quantitativos gerados por classe;
- c. CDFs anexados;
- d. Avaliação e conclusão técnica.

11. Responsabilidade Técnica - Elaboração e acompanhamento por engenheiro civil ou ambiental com ART específica registrada no CREA.

12. Penalidades - Descumprimento implica: Glosa de medições; Retenção de pagamentos; Sanções administrativas (Lei nº 14.133/2021, arts. 156 e 157); Responsabilização ambiental, civil e penal.

[Local], [Data]

Responsável Técnico – [Nome completo]
CREA/CAU nº _____ ART nº _____

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

ANEXO V – MODELO DE RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO PGRCC**Órgão Contratante:** Conselho Regional de Química – IV Região**Tipo de Obra:** Prestação de serviços de engenharia de execução da obra referente à reforma do auditório do Conselho Regional de Química IV Região – São Paulo, incluindo retrofit do foyer, sanitário, vestiário PCD e rampa, bem como a construção de coberturas para o átrio e para lateral externa do auditório.**Endereço:** Edifício Olavo de Queiroz Guimarães Filho - Rua Oscar Freire, 2039 – Pinheiros – São Paulo/SP**Contratada:****CNPJ:****Responsável Técnico:****Registro Profissional:****ART/RRT nº:****Período de execução:****Objetivo**

Relatar de forma consolidada a execução do PGRCC, demonstrando o cumprimento das ações previstas e os resultados alcançados quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Atividades Executadas

Descrever as ações implementadas conforme o PGRCC aprovado:

- Implantação de áreas de armazenamento temporário;
- Segregação e rotulagem de resíduos;
- Coleta seletiva interna;
- Transporte e destinação final com CDFs;
- Treinamentos e orientações aos trabalhadores.

Quantitativos de Resíduos Gerados

Classe	Tipo de Resíduo	Volume (m³ ou kg)	Destinação Final	Transportador	Destinatário	Nº CDF
A	[Descrever tipo]					
B	[Descrever tipo]					
C	[Descrever tipo]					
D	[Descrever tipo]					

Comprovação de Destinação

Anexar:

- Comprovantes de Destinação Final (CDFs);
- Fotos das áreas de armazenamento e coleta;
- Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs);
- Licenças ambientais dos transportadores e destinadores.

Avaliação Técnica

O responsável técnico deve avaliar:

- Conformidade entre plano e execução;
- Efetividade da segregação;
- Percentual de reaproveitamento/reciclagem;
- Dificuldades e medidas corretivas.

Conclusão*Declaro, para os devidos fins, que as ações do PGRCC foram integralmente executadas conforme as normas vigentes e o plano aprovado, assegurando destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados na obra.*

[Local], [Data]

Responsável Técnico – [Nome completo]
CREA/CAU nº _____ ART nº _____



ANEXO VI - DECLARAÇÃO SINAPI

DECLARAÇÃO DE USO SINAPI

Na condição de Responsável Técnico, declaramos para os devidos fins, que os quantitativos constantes na planilha orçamentária, referente à reforma do auditório e demais dependências internas do Conselho Regional de Química IV Região – SP com foco na adequação às normas de acessibilidade (NBR 9050), estão compatíveis com o referido projeto da obra acima referenciada e que os custos unitários de insumos e serviços são iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

Os custos unitários de serviços empregados correspondem aos custos unitários de referência que constam no relatório de serviços do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), consoante decreto 7.983/2013. Custos unitários de serviços não classificados no relatório de serviços do SINAPI foram auferidos através da elaboração de composições de custos unitários embasados em sistemas de referência instituídos para o setor, utilizando-se valores de insumos do relatório de insumos do SINAPI. Custos de insumos não classificados nos relatórios do SINAPI bem como os serviços não classificados nem obtidos através de composições fundamentadas em sistemas subsidiários foram auferidos através de pesquisa de preços de mercado.

Local, e data.

NOME
CREA/CAU XXXXXXXXX
Cargo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

ANEXO VII – DIÁRIO DE OBRA**DIÁRIO DE OBRA**

FOLHA Nº: _____

CONTRATO:**OBRA:****LOCAL:****EMPRESA:****CNPJ****DATA:** ____/____/2026

SEG [] TER [] QUA [] QUI [] SEX [] SAB

PRAZO CONTRATUAL: _____ dias**PRAZO DECORRIDO:** _____ dias**MANHÃ**

[] SOL

[] NUBLADO

[] CHUVA

TARDE:

[] SOL

[] NUBLADO

[] CHUVA

FUNCIONÁRIO:**CARGO CONTRATADO:****ATIVIDADES REALIZADAS / OCORRÊNCIAS:****ANOTAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO:**

CONTRATADA	FISCALIZAÇÃO
DATA: ____/____/2026	DATA: ____/____/2026
ASSINATURA	ASSINATURA
(1ª via – CRQ-SP ; 2ª via - Contratada; 3ª via - Canteiro de obra)	

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

ANEXO VIII – RELATORIO DE ANDAMENTO DA OBRA**DADOS DA OBRA:**

PROCESSO:	PROC. LICITATÓRIO:
OBJETO:	
LOCAL:	
EMPRESA:	
CNPJ:	
RESP. TÉCNICO PELA EXECUÇÃO:	
CREA/CAU:	ART/RRT DE EXECUÇÃO:

DADOS DA VISTORIA:

RELATORIO DE ANDAMENTO Nº:	DATA DO RELATORIO: / /
PERIODO AVALIADO: / /	
VISTORIADOR:	CPF:
SITUAÇÃO ATUAL: () em execução () paralisada* () concluída	
EXECUÇÃO OCORREU DENTRO DO CRONOGRAMA: () sim () não*	
DIÁRIO DA OBRA ATUALIZADO: () sim () não	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS:

*Descrever os serviços executados no período da referida medição:
Relatar se ocorreram atrasos e/ou paralisações, bem como ações preventivas e corretivas.*

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO:

--

Local, e data.

NOME
CREA/CAU XXXXXXXXX
Cargo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

ANEXO IX - TERMO DE RECEBIMENTO DE PARCELA DE OBRA**DADOS DA OBRA:**

PROCESSO:	PROC. LICITATÓRIO:
OBJETO:	
LOCAL:	
EMPRESA:	
CNPJ:	
RESP. TÉCNICO PELA EXECUÇÃO:	
CREA/CAU:	ART/RRT DE EXECUÇÃO:

DADOS DA VISTORIA:

BOLETIM DE MEDIÇÃO Nº:	DATA DA MEDIÇÃO: / /
DATA: / /	
VISTORIADOR:	CPF:
ETAPA ENTREGUE:	
SITUAÇÃO ATUAL: () em execução () paralisada () concluída	
PROJETO/ ESPECIFICAÇÕES: () sim () não	
PLACA DA OBRA: () sim () não	
DIÁRIO DA OBRA ATUALIZADO: () sim () não	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS MEDIDOS:

Descrever os serviços executados no período da referida medição:

Condições do Canteiro de Obra.

Execução de alvenaria e/ou revestimentos (quais)

Instalação de e tubulações hidrossanitárias, elétricas ou outras.

Instalação de painéis acústicos

Pintura interna e/ou externa.

Acabamentos

Limpeza de obra

CRONOGRAMA PREVISTO X EXECUTADO:

Mensurar os serviços previstos no cronograma físico-financeiros com o total executado no período.

Deve ser relatada ocorrência que possa ter impedido a correta execução dos serviços com justificativa.



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO:

<p><i>Colar foto 1 –Foto com vista Geral da Obra</i></p>
<p>Foto 1 – VISTA GERAL DA OBRA (ETAPA PARCIALMENTE ENTREGUE)</p>
<p><i>Colar foto 2</i></p>
<p>Foto 2 – LEGENDA</p>

ANEXOS:

- A - Planilha de Medição assinada pelo fiscal e pela empresa contratada;**
- B - Cronograma físico-financeiro;**

ASSINATURA
FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

www.crqsp.org.br

ETP AUDITORIO RETROFIT_Out/25

ANEXO X - TERMO DE CIÊNCIA DE CONDIÇÕES

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO AUDITÓRIO E
DEMAIS DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO EDIFÍCIO-SEDE DO CRQ-IV/SP.**

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº.
_____, sediada na
_____, declara, conforme Edital de Pregão
Eletrônico nº. 32/25, que opta pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços
objeto desta licitação, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão,
mantendo as garantias que vincularem a proposta apresentada ao presente processo licitatório.

IDENTIFICAÇÃO (nome e documento)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL